

UM JUZ

Em sua sessão de hontem o Supremo Tribunal Federal tomou conhecimento, em recurso ex-officio do juiz de seccão do Estado de Matto Grosso, da sentença de *habeas-corpus* pelo mesmo proferida a favor do vice-presidente daquela unidade da Federação, coronel Manoel Escholastico Virgínio, para que elle possa exercer sem constrangimento as funções de presidente, que lhe cabem, por haver sido o presidente Caetano de Albuquerque, em consequencia do *empeachment* decretado pela Assembléa Legislativa Estadual, suspenso do exercicio das funções do seu cargo.

A decisão de hontem da nossa Suprema Corte de Justiça é um conspecto immediato e uma consequencia logica, forçada mesmo, pôde-se afirmar, das suas decisões anteriores, amparando, com sentenças de *habeas-corpus*, que lhe foram originariamente impetrados, o funcionamento da Assembléa Legislativa daquelle Estado e assegurando-lhe o exercicio de todas as suas funções constitucionales e legais, entre as quaes se incluem as de promover a responsabilidade do presidente do Estado e julgar-o de accordo com prescripções, que têm sido escrupulosamente obedecidas desde que elle foi presente a denuncia que determinou o processo a que responde o general Caetano de Albuquerque.

Todos os actos anteriores do Supremo Tribunal Federal, relativos ao chamado caso de Matto Grosso, tiveram soluçao coerente com a decisão proferida, hontem, pelo Egrejo Tribunal. E apenas um accordo esporádico, em que uma maioria occasional discordava dessa accentuada coherencia, dera ao presidente de facto, mas já não de direito, de Matto Grosso, a protecção do poder judiciario para que elle permanecesse no posto em que se encontrava, transgredindo a Constituição do seu Estado, desrespeitando as leis estaduais, praticando toda a sorte de attentados e perpetrando todas as violencias, obediendo por um fim unico — o de se manter a todo o transe no poder, afim de humilhar e aviltar os que o haviam elevado á posição em que se encontrava e na qual, traíndo a todos os compromissos de honra, fufundo a todas as obrigações moraes, desertando a todos os deveres politicos e sociais, acreditava poder consolidar-se e perpetuar-se em uma situação que se lhe escaparia fatalmente em um regimen normal, de predominio dos mais capazes e dos mais dignos, sob o imperio da lei e da justiça.

Em seus justos termos, considerado syntheticamente, este era o caso de Matto Grosso, que só poderia se prolongar, um momento, contra todos os principios institucionales e todas as normas do bom senso, pela paixão ou pelo odio, a alimentar, em suas explosões contra homens que as cederam ás mais altas posições politicas do país, as causas as mais justas e as mais nobres, revertendo-as, dando-lhes aspecto — significação bem diversos do que ellas apresentariam se as não aduterassem e não as envenenassem propositalmente, com o fim de ferir aquelles, mas, infelizmente, mais do que a elles, golpeando profundamente o regimen em que vivemos e emprestando-lhes, assim, inconveniencias e defeitos que lhe não pertencem, mas são apenas frutos da maldade de alguns dos seus hypocritas servidores.

Collocada nestes termos, a questão, o Supremo Tribunal não poderia, sem grave desprestigio para o poder judiciario e para as proprias instituições do regimen republicano federativo, do qual elle é copula, deixar de amparar os que praticavam a lei em Matto Grosso, para proteger aquelles que della se afastavam. E a decisão de hontem, tão ansiosamente esperada, nos termos em que foi proferida, reintegra o nosso mais alto tribunal na linha de coherencia de que por um momento se apartou, por uma lamentavel obnubilação do senso julgador, para a qual concorreram as causas de ordem pessoal a que nos temos reportado.

A decisão de hontem, do Supremo Tribunal Federal, tem uma significação multissimamente elevada, restabelecendo o regimen da lei em uma unidade da Republica federativa, de onde se a prescrevera a golpes de audacia, de atirabilidade, de violencia, erigindo-se a deslealdade em principio de governo e assentando-se no crime os desejos de predomínio e gozo do poder.

O que, porém, impressionou agra-davelmente a quantos assistiram hontem, com animo desprevenido, á sessão do Supremo Tribunal Federal, foi a attitudde deste integro varão e deste juiz incorruptível que é o ministro Manoel Murinho, vindo trazer aos seus pares o seu voto sereno e elevado, que se revestia da dupla autoridade do seu prestigio de magistrado encanecido no julgamento desapaixonado e de principal autor das leis cuja applicação era objecto de deliberação do collendo tribunal.

O ministro Manoel Murinho encusara-se, antes, de funcionar em feitos identicos, não porque quem quer que fosse o acossado de suspeito para delles tomar conhecimento ou porque elle proprio assim se julgasse, mas pelo mero desejo de não ser um dos executores da sua propria obra, confiando que os seus pares lhe dessem uma execução accorde com as razões que a determinaram, consentanea com o espirito que presidira á sua elaboração.

Vendo, porém, que sentimentos outros que não os de amor á verdade e á justiça poderiam comprometter

essa obra, dando a leis claras e insuperáveis, elaboradas para determinadas fins, uma applicação absolutamente diversa daquella que collimara o legislador, e compreendendo que d'ahi decorreriam os maiores males, revertendo-se o regimen constitucional de Matto Grosso, desapparecendo ali a magestade da lei e, por consequencia, entrando-se em pleno dominio da anarchia e da desordem, com o triumpho escandaloso da illegalidade e do crime, o venerando juiz, bem medindo o alcance funesto que poderia determinar a sua abstenção em deliberações de tamanha magnitude, soube ser grande e soube servir á justiça, vindo dar o seu voto imparcial e, mais do que nenhum outro, esclarecido no assumpto, orientando aquelles que pudessem acaso, de boa fé, ter duvidas sobre o caso que se controvertia, hontem, entre os cidadãos de notavel saber e reputação que constituem o Supremo Tribunal Federal.

Este gesto magnifico, que só não mereceria as homenagens da mais sincera admiração dos interessados no julgamento do caso em questão, que o consideraram com paixão e com rancor, se teve o merito de contribuir para reintegrar o Supremo Tribunal na attitudde de coherencia a que não deveria jámais ter fugido, impoz o seu autor ao apreço de quantos prezam a magestade do poder judiciario como a necessidade maior para o funcionamento regular do regimen republicano. Elle veio, por outro lado, assegurar a Matto Grosso a pratica desse regimen republicano federativo, com o restabelecimento ali a independencia harmonica dos poderes estaduais, não permitindo o absolutismo do executivo a pretender anular a soberania do legislativo.

Raras vezes é dado a um homem fazer á sua terra os patrióticos beneficos que o ministro Manoel Murinho teve hontem a felicidade de lhe poder prestar, de tal forma, que se não pôde considerar, se serviu elle melhor como juiz, ao tribunal de que faz parte, ou ao seu país, com o gesto que praticou, de amor ao regimen, contribuindo para extirpar do organismo da Republica um cancro que tanto o infeccionava. Servindo, porém, a justiça e o regimen, elle engrandeceu-se, como magistrado e como patriota, de forma a merecer os applausos de todos os seus concidadãos que se não acham subordinados nos interesses pessoais em jogo no caso de Matto Grosso.

ECHO E FACTOS

O tempo.

Presentemente os proverbios estão sendo todos contrariados: os proverbios e as previsões das matematicas ou historicas... Antigamente "não podiamos era ou chuva ou vento". Hontem não succedem tal o céu foi um mosaico, mas de vento e chuva, tivemos cultura e ausência.

O calor, sim, a quantidade: 29°, a 16 horas. E a ventura já foi quente: 21°, 22, 5 horas e 15 minutos.

EDIÇÃO DE HOJE 10 PAGINAS

Realizou-se hontem, á tarde, no palacio do Catete, o despacho coletivo do ministério, sendo assignados os decretos que vão publicados em outras locaes.

O Sr. presidente da Republica fez-se representar pelo chefe da sua casa militar no desembarque do Dr. Sabino Barroso.

Na pasta da justiça os decretos assignados hontem foram estes: Organizando a caixa de pensões da Directoria Geral de Saúde Publica e dando-lhe regulamento; Creando brigadas de infantaria de guarda nacional no municipio de Fátima, no Estado de Pernambuco, e nas comarcas da capital do Estado da Bahia; de Magé, no Estado do Rio de Janeiro, e de Nova Trento, no Estado de Santa Catharina; Promovendo a professor cathedra-tico de phylologia, na Faculdade de Medicina da Bahia, o professor substituto Dr. Joaquim Climerio Dantas Bião.

Adiamento injustificavel.

Ha bastantes dias já, sancionou o governo a resolução do Congresso Nacional extinguindo as restrições da annistia concedida aos revoltosos de 93.

Essa lei aproveita a diversos officiaes da nossa marinha, mas no exercito isso acontece em relação a tres capitães apenas. Todos esses officiaes deverão ser promovidos.

Na pasta da marinha tal não pôde ainda ser feito, pois diversas duvidas surgiram e, senão, como salientamos, relativamente grande o numero de interessados, não tem sido possível desfazê-las rapidamente.

Mas os tres capitães do exercito, sobre os quaes não existem duvidas de qualquer natureza, também não foram promovidos, como a lei determina, e essa demora está a causar-lhes prejuizos.

Como as leis se fizeram para ser cumpridas, chamamos a attenção do governo para o caso. O exercito é inteiramente independente da marinha, e o que ainda não pôde ser feito numa pasta, por motivo de força maior, não é de forma alguma forçado adiar na outra.

Não ha, pois, justificativa alguma para protelar promoções que são obrigatorias, como consequencia de uma lei em vigor.

Foram assignados hontem os seguintes decretos da pasta da guerra: Transferindo, na arma de artilheria, os capitães Samuel da Silva Caldas, da 4ª bateria do 2º batalhão para a 1ª do 2º grupo de obuzes, e Adolpho Ferreira Nobrega, desta bateria e na arma de infantaria, os maiores Luiz Carlos Ferreira de Mendonça, do 38º batalhão do 13º regimento para a 1ª do 2º grupo de obuzes, e Antonio Pereira de Oliveira Junior, deste batalhão para aquelle, o capitão Rô-naldo Veriano da Silva Pereira, da 2ª

do 37º do 13º regimento para ajudante do 53º de artilheria.

Reformando o capitão da arma de infantaria Antonio Fernandes da Silveira e Silva, o 1º tenente da arma de cavalleria Arthur Sarmiento e o sargento ajudante do 11º batalhão do 4º regimento de infantaria Justiniano de Araujo Vieira.

Na pasta da marinha foram assignados hontem os seguintes decretos: Promovendo, no corpo da armada, por antiguidade, ao posto de 1º tenente o graduado Carlos Penna Botto;

Nomeando o capitão de mar e guerra Rodolpho Ribeiro Penna para exercer o cargo de comandante do porto do Estado do Rio Grande do Sul;

Graduando, no corpo da armada, no posto de 1º tenente o 2º tenente Edmundo Williams Moniz Barreto;

Reformando no mesmo posto o capitão-tenente Francisco Nuguet.

Qualidade inocua.

As coisas no Pará vão correndo como é dos livros...

O Sr. Lauro Sodré e os seus amigos, não se conformando com os resultados do pleito para a successão presidencial apurados nas urnas, entram a fingir, pelo jornal com que contam na capital do Pará e em telegrammas para aqui, que obtiveram uma estrondosa victoria.

Está, pois, assim, encaminhada no grande Estado do extremo norte a situação mais vulgar da nossa democracia que é a dualidade de governos.

Resta saber com que contam os amigos do Sr. Lauro Sodré para o exito da sua farsa, que, a força de se repetir de morte a sul, passou a ser uma coisa verdadeiramente innocua.

A victoria do Sr. Silva Rosado não admite duvidas. A não ser no reduzido nucleo de lauristas exaltados, em todos os grupos em que se divide a politica local houve o mais decidido enthusiasmo pela sua candidatura.

Todas as forças politicas de decisivo valor estão a seu lado. Assim, como a eleição, o seu reconhecimento e a sua posse não admittem igualmente duvidas.

A que se apegaram, pois, os lauristas, quando todos os caminhos legais lhes estão hermeticamente fechados?

Lá diz o ditado que cesteiro que faz um cesto faz cem...

O Sr. Lauro Sodré fica com o recurso extremo de repetir em relação ao seu caso a situação que o Sr. Lauro Sodré teve no Rio de Janeiro contra o benemerito governo Rodrigues Alves.

Para supprir a falta de votos, uma vacinasinha obrigatória vem, ás vezes, inteiramente a calhar.

Mesmo, porém, para um movimento desse genero, com que pôde contar o salvador pátrio do Pará?

Não desceja senão paz, meia dúzia de cavalleiros exaltados não bastarão para tentar uma revolução que se veja. E' o caso de se darem graças aos deuses por tão feliz conjunto de circumstancias.

No país das dualidades de governo e onde frequentemente assumem ellas aspectos alarmantes e tão difficil de resolver se tornam, a que ora se esboça no Pará não parece, de modo algum, que ainda venha a dar em caso serio. Tudo irá em inocua farsa até o fim. E, se mais um indicio nesse sentido se fizesse digner, ali está o que hontem nos deu a Epoca, que, como se sabe, bebe os ares pelo Sr. Lauro Sodré.

A Epoca proclama a sua victoria baseada no facto de... não estarem chegando da capital do Estado telegrammas da Agencia Americana com resultados das eleições.

Em primeiro lugar, accusa a acreditada agencia de estar nas mãos do governo do Estado. E logo a seguir argumenta: Se a agencia, que tem interesses com o seu fracasso, não manda noticias de que alguma, é que o Sr. Lauro Sodré está eleito.

Como logica, é de se lhe tirar o chapéu.

Deve-se ainda notar que nas allegações da Epoca pro-Lauro que ha de mais verdadeira é a da falta de telegrammas da Americana — quando esses telegrammas, communicando a maioria obtida pelo Sr. Silva Rosado, se encontram em diversos jornaes...

Quando as tendencias para a farsa são accentuadas a tragedia é impositivel. Desta vez o Pará não tem a temer das pretensões do Sr. Lauro Sodré.

Na pasta da fazenda foram assignados hontem os seguintes decretos:

Consolidando as disposições legais e regulamentares referentes a funcionarios publicos civis da União e dando outras providencias;

Abreindo os creditos especiais de 15:126\$386, para pagamento a dona Constancia Alves Branco de Mello Barreto; de 79:187\$061, para occorrer ao pagamento devido a Antonio Marcelino Regueira Costa; de 54:106\$0, para occorrer ao pagamento do que é devido a Joaquim Pereira Bernardes; de 70:360\$, para pagamento dos juros de apolices do emprestimo de 1897, relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 1914, e de 8:800\$377, para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Joaquim Cardoso de Mello Reis, os tres primeiros e este em virtude de sentença judicial.

Foram assignados hontem os seguintes decretos da pasta da agricultura:

Sancionando a resolução legislativa que autoriza o presidente da Republica a conceder ao 3º officio da Directoria Geral de Estatística Sebastião Martins da Cunha seis mezes de licença, sem vencimentos, em prorogação da que lhe foi concedida pelo respectivo ministério;

Concedendo ao lente cathedra-tico da Escola de Minas de Ouro Preto Dr. Augusto Barbosa da Silva a gratificação adicional de 40 % sobre seus vencimentos;

Concedendo patentes de invenção a Alfredo Eugenio George, de um novo processo de extincção de fôrmiçda denominado "Formida Rapid"; Joaquim de Caceres Lima, de um novo tipo de grelha applicavel a qualquer genero de fôrmiçda, denominado "Grelha Vulcano"; Alexandre Baptista Franco, de um novo supprimento aperfeiçoado para lampadas electricas; Henrique Zettel, de um aperfeiçoamento em fôrmiçda de caldeiras a vapor e semelhantes para a queima de combustivel em pó ou em particulas; Frank James Gresham e George Kierman, de aperfeiçoamentos em apparehos de freio de vacuo para

vehiculos das vias ferreas e de vehiculos similares; Pozzo Pinato, de um appareho para fazer barreira ao fogo; Leopoldo José Dias, de um aperfeiçoamento em turbinas; Julius Pintsche Aktiengesellschaft, de um novo mecanismo de direccão para a valvula de apparehos que servem para produzir luzes intermitentes, mediante um orgão movel, e Leonardo Botelho, de uma machina combinada para beneficiar arroz, denominada "Machina Alliança".

O Sr. presidente da Republica assignou hontem os seguintes decretos da pasta da vias:

Approvando os estudos do 2º trecho, com a extensão de 35.426 metros, da estrada do municipio de Barreiros ás proximidades da villa de Serapiquí, no Estado de Pernambuco, cuja concessão foi autorizada pelo decreto n. 8.341, de 5 de novembro de 1910;

Autorizando a modificar o traçado das linhas da Rede Sul-Almeida mencionadas nas letras a e b do n. III da clausula que baixou com o decreto n. 7.704, de 2 de dezembro de 1909;

Apresentando João Antonio de Carvalho, conformes pediu, no lugar do carteiro de 2ª classe da Directoria Geral dos Correios;

Approvando as clausulas para a revisão do contrato celebrado com Antonio Mendes Fernandes Ribeiro, em virtude do decreto n. 8.341, de 5 de novembro de 1910, para a construção de uma estrada do municipio de Barreiros ás proximidades da villa de Serapiquí, no Estado de Pernambuco.

O governo deliberou não mais fazer nomeações de officiaes para a guarda nacional, por entrar em execução no proximo domingo a lei do sortelto militar.

O Sr. ministro do interior resolveu adiar o concurso de livre docencia, para provimento das cadeiras de violino e canto, do Instituto Nacional de Musica.

O referido concurso deverá realizar-se no principio do proximo anno lectivo.

Nobre attitudde.

Consoante os seus principios, o illustre magistrado Dr. Godofredo Cunha não tomara conhecimento do pedido de *habeas-corpus* concedido ao vice-presidente de Matto Grosso e em grão de recurso sujeito á decisão do Supremo Tribunal Federal.

O ministro Godofredo Cunha defende, assim, a boa doutrina, por entender que os litigios essencialmente politicos escapam ás attribuições do poder judiciario, visto a Constituição os ter affecto aos poderes politicos, isto é, ao presidente da Republica e ao Congresso.

Infelizmente, essa doutrina é a verdadeira e, talvez por isso mesmo, não tem sido vencedora no seio do Supremo Tribunal; mas, entrando na apreciação de merito, o integro magistrado demonstrou á sociedade ao tribunal como a Assembléa de Matto Grosso, por força dos textos constitucionales da União e do Estado, não exorbitou das boas normas e, antes, exerceu prerogativas proprias e incontestaveis, responsabilizando o governo por abuso de autoridade e transgressão das leis que lhe cumpria observar e fazer observar, pelo que muito legitimamente o destituiu do cargo que não sabia ou não queria honrar pela unica maneira digna de um depositario da confiança do povo: pelo religioso respeito á lei.

Apesar de toda a grita da imprensa de maegacia, ameaçando de exercer pressão e de realizar outras extorsões moraes sobre os juizes que se pronunciasssem a favor do direito e da justiça nesse pleito memoravel, o Dr. Godofredo Cunha, cuja altivez e independencia de caracter o tornam um dos magistrados mais dignos do apreço publico, affrontou a horda de pigmeus atrevidos e petulantes e, com desassombro merecedor de todos os applausos e de ser imitado, exarou sobre o feito um voto luminoso e exhaustivo, digno tanto da sua bravura moral, como da sua extraordinaria cultura juridica.

Temos o maior prazer em relevar a nobre conducta desse imperterito juiz e apontar ao respeito e á admiração da opinião publica, como um dos mais severos sacerdotas da lei na serena distribuição da justiça.

O Sr. ministro do interior indeferiu os requerimentos de Manoel Magalhães, pedindo medalha de distincção, e de Ismaré & C. pedindo rescisão do seu contrato para fornecimentos.

Noticiando as proximas manobras da esquadra, o *Jornal do Commercio*, na sua edição da tarde, de ante-hontem, disse que o assumpto mais palpitante do dia naval era indiscutivelmente o estado para a aquisição de novos submersiveis para a nossa marinha de guerra.

A proposito, accentuemos o bem informado collega, que os novos submersiveis serão encomendados nos Estados Unidos, visto os estaleiros estarem produzindo para a marinha de guerra italiana.

Ao que sabemos, devido á crise que atravessamos, o Sr. ministro da marinha não cogita da aquisição de novos navios e se pudessemos dotar a nossa marinha com mais esse melhoramento, não iria mudar o tipo que adoptamos, sem que para tal houvessem motivos ponderosos.

A Fiat San Giorgio de Spezia, ao que nos informa o seu representante no Brasil, apesar das grandes encomendas do governo italiano, da Russia e de outras potencias, está habilitada a aceitar novas construções.

Esteve hontem em longa conferencia com o Sr. ministro da marinha e capitão do porto, o addido naval inglês.

Essa conferencia versou sobre o movimento dos navios allemanes no porto de capitál.

Foi submettido á approvação do Sr. ministro da marinha o regulamento da Escola de Aviação da Armada, elaborado pelo capitão de corveta Protogenes Pereira Guimarães, director dessa escola.

A Escola de Aviação da Armada vai realizar vãos nocturnos, já tendo começado a ser illuminado o "hangar" da Ilha das Encostas para marcar o lugar para a decida.

ravellas", sob o commando do 1º tenente José Maria Magalhães de Almeida, estava navegando bem, que o estado sanitário a bordo era excellento e que esse patacho devia fundear hontem, antes do pôr do sol, no porto de Recife.

Pavilhão de espera no cates do porto.

O cates do porto é, talvez, entre os grandes melhoramentos do Rio, aquelle de que mais se pôde orgulhar esta capital. Bastaria essa obra monumental para recomendar o nome do Dr. Lauro Müller.

Com rara previsão de administrador fez dotar o Rio com um cates admiravelmente apparelhado não só para as necessidades actuaes como para as de futuro e susceptivel mesmo de ser estendido.

Mas "não ha bella sem senão" e a retirada do Dr. Lauro Müller da pasta da viação não lhe permittiu terminar completamente os trabalhos que tão superiormente dirigira.

Uma das lacunas que mais se fazem sentir actualmente é a ausencia de um galpão ou hangar, onde as pessoas, que esperam ou se despedem dos amigos, possam abrigar-se, evitando assim o risco de insolação ou de pneumonias, consoante o tempo.

E' realmente desolador que, num cates como o do nosso porto, que nada tem a invejar aos melhores do mundo, a excellente impressão do seu conjunto seja tão prejudiciada por esse detalhe, aparentemente pouco importante, mas de facto extremamente desagradavel.

Não sabemos se a area que segue ao armazem n. 18 — por signal que acaba de ser fechada por um gradil e que está sendo capinada — é ou não destinada ao pavilhão ou hangar desejado.

Certo é, porém, que nenhum outro fim mais proveitoso lhe pôde ser dado. Bem sabemos que a crise financeira que nos avassala é justificavel sobeja para o adiamento de obras sumptuarias. Entretanto, este melhoramento, pela sua premente necessidade e pela relativa modestidade do seu custo, deve escapar ao louvavel regimen de economias da actual administração.

De mais, o capital empregado não seria improdutivo, visto que haverá espaço sufficiente para restaurante, barbearia, casa de cambio, tabacaria, lojas de curiosidades, papeleria, etc., estabelecimentos estes que pagariam aluguéis altamente remuneradores, por estarem logo em contacto com os passageiros, sempre propensos a despesas quando pisam terra firme. No mesmo edificio deverá haver também uma agencia postal, uma estação telegraphica e cabines telephonicas, mas que, sob o pretexto de economia, não se faça algum barraco provisório. Não só se tornaria definitivo, como empantaria a excellente impressão que, sem favor, todos têm ao chegar ao Rio de Janeiro.

Que esse melhoramento a mais seja confiado a um architecto competente, para que não se repitam os horrores do novo edificio da praça Mauá, onde funcionam algumas repartições aduaneiras.

Emfim, que se faça logo de uma vez algo de digno desta capital.

A directoria da despesa do The-souro Nacional concedeu os seguintes creditos:

De 600\$, ouro, á delegacia do The-souro em Londres, para pagamento de ajuda de custo ao alumno da Escola Nacional de Bellas Artes, Augusto Bracet;

De 38:92\$378, 19:920\$ e 26:000\$, respectivamente, ás delegacias fiscaes da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, para pagamento a funcionarios addidos de diversos ministerios;

De 25:000\$ e de 64:840\$, á directoria de contabilidade da guerra, para attender ao pagamento de despesa com as obras militares.

Instrução municipal.

O Sr. Afranio Peixoto acha-se, ha um anno, á frente do ensino municipal. Pôde dizer-se que o seu unico empenho, em todo este periodo administrativo, consistiu em percorrer as escolas do Distrito Federal. Parece pouco. E é muitissimo, sabendo-se, além do mais, que algumas dessas escolas ficam a mais de 50 kilometros do seu gabinete de trabalho, em lugares inhospitos e quasi inacessiveis.

No ultimo dia de aula, tivemos a ultima visita escolar do director da instrução. S. Ex., agora, conhece, por inteiro, as necessidades, algumas vezes clamorosas, das nossas casas de ensino primario. O professorado todo está com a sua nota de elogio, ou de culpa, no canheño do activo administrador.

Começa outra época, iniciando-se um novo trabalho. Sobidas as condições das escolas, quanto ao material e ao pessoal, estudada a sua distribuição, pela importancia das zonas perifericas, está habilitado o director a produzir uma obra feliz.

Os inspectores escolares, em cujas mãos está o bom ou mau exito dos planos elaborados na directoria, acompanhando, sympathicamente, o trabalho do chefe. E pôde mesmo dizer-se que o Sr. Afranio Peixoto resolveu, em primeiro lugar, esse problema, que é a conquista da confiança e do apoio dos colaboradores.

E' tão ardente é o desejo de trabalho, entre os membros da inspecção escolar, que todos elles recebem, com verdadeira satisfação, as incumbencias novas e extraordinarias que lhes affecta o director.

Ha pouco, a illustre inspecção Dr. Esther Pedreira de Mello seguiu para São Paulo, a estudar a organização escolar d'ali. Agora, mesmo em gozo de férias, o Dr. Diniz Junior é encarregado de, em Santa Catharina, onde os paulistas realizam uma grande obra, examinar o estado de progresso do ensino. E tudo isto se faz a um custo e sem augmento de um níquel, pois os inspectores escolares effectuam, por sua conta, todas as despesas de viagem.

Este milagre de um trabalho silencioso e ufissimo realiza-o o Sr. Afranio Peixoto, com a sua intelligencia e boas maneiras.

Em meio da balbúrdia que se nota nos serviços administrativos do nosso país, sobretudo na Prefeitura Municipal, é di-



Dr. Sabino Barroso

Quando d'aqui partiu para a Suíça, ha quasi 18 mezes, os amigos e admiradores do Dr. Sabino Barroso faziam os mais ardentes votos para o seu prompto restabelecimento e proximo regresso ao seio da Patria. O que parece uma phrase banal, empregada para todo itinerante, não era então mais do que uma expressão sincera, legitima e necessaria da opinião pensante e deliberante dos espiritos dirigentes da Nação. Elles conheciam e conheciam sufficientemente a crise economica, financeira e moral do país, para não desajarem, numa collaboração principal e efficiente dos negocios e da politica da Nação, um homem da envergadura moral do illustre estadista patriota.

Intelligente e culto; austero e tolerante; sagaz, energico, dotado de um criterio inflexivel na observancia da lei e ao mesmo tempo maneiro e grave, a acção do preclaro homem publico mineiro devia exercer sobre a situação dominante uma influencia que todo espirito recto e imparcial reconhece quanto pôde ser benefico á grandeza do Brasil.

De todos os homens politicos da nossa terra, o Dr. Sabino Barroso é do numero daquelles muito raros a respeito do qual nunca se pôde articular qualquer prova de fraude, de transigencia censuravel, de menor zelo pelo prestigio da lei ou de menor desvio na trilha de uma rectidão que tem sido o apanagio da sua carreira politica.

Não alla administração da Republica o illustre mineiro foi sempre um homem de vontade esclarecida e segura, dando ao país todas as energias da sua saúde, não poupando sacrificio algum no rigoroso desempenho de seus deveres de homem de governo. O seu amor pela causa publica pôz sempre a sua intelligencia ao serviço de uma vontade prompta a todos os esforços de uma capacidade mental sem descauso e em constante actividade fecunda e proveitosa ao bem colectivo.

Nunca se deixou dominar por paixões subalternas e muito menos por ambições pessoais. Através de todos os seus actos, particulares e publicos, um só paixão o domina, um só desejo o empolga — o de ser util a seus concidadãos, servindo lealmente as instituições e os interesses communs.

Tendo exercido os mais altos postos na Republica, de nenhum se serviu em proveito proprio. Não procurou, na posse do poder e do prestigio desses cargos, crear para si situações de commodidades nem agital-os a planos pessoais. Ao contrario, hompe do dever, nem sempre o des-

gno dos maiores encomios o homem de governo que logra escapar ao redemoinho que essa balbúrdia acarrea. E o Sr. Afranio Peixoto, indiscutivelmente, está neste caso, podendo-se esperar muito do seu talento e actividade, em favor do ensino publico. E', pelo menos, o que acreditamos que com elle trabalham e que conhecem as suas disposições.

O Sr. ministro da fazenda pôz á disposição da commissão encarregada de apurar irregularidades havidas nas pagadorias do The-souro os escripturarios Affonso Duarte e Almerindo de Castro, conforme sollicitou o presidente da dita commissão, Dr. Nuno Pinheiro de Andrade.

O Sr. ministro da fazenda transmitiu ao seu colliga da viação, pedindo resolver a respeito, o processo relativo ao requerimento, em que Arthur Ferreira de Andrade, 2º officio, aposentado, dos correios do Estado do Rio Grande do Sul, pede revisão no seu processo de aposentadoria, afim de que possa perceber a gratificação adicional de 20 % a que se julga com direito.

O almirante chefe do estado-maior da armada elogiou em ordem do dia, por determinação do Sr. ministro da marinha, o 2º tenente commissario Gastão Marques de Carvalho Oliveira, pelo cabal desempenho dado á incumbencia que lhe foi confiada pela inspecção de fazenda e fiscalização da armada, de organizar o mappa das facturas relativas ao anno de 1915.

E' provavel que dentro de pouco tempo, alguns officiaes da marinha de guerra do Uruguay sejam admitidos na Escola de Aviação da nossa armada.

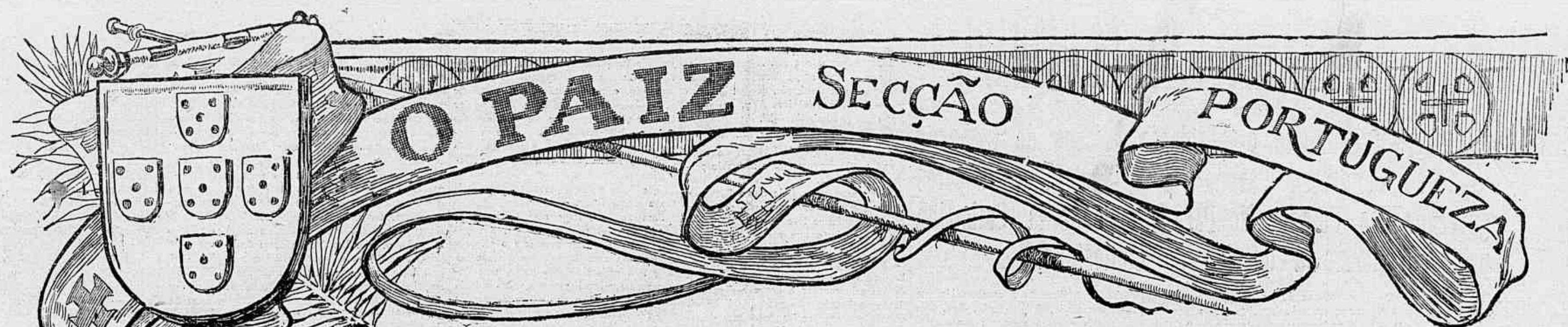
Regressaram hontem, ás 9 horas da noite, da ilha Grande, onde esti-

empenho das obrigações inherentes a esses cargos lhe conquistou adhesões e dedicacões em troca de favores feitos á margem da lei; mas uma justiça sempre se lhe fez: toda gente reconhece e proclama a perfeita correctão, a inequívoca superioridade moral que inspiram todos os seus actos na vida publica. Grandes e pequenos, potentados e tracos nelle encontram uma mesma linha de procedimento, que é servir a todos dentro da lei e resistir a todas as sollicitações que lhe são contrarias, sem indagar de onde possam partir e a quem possam aproveitar.

Como homem politico, nos mais altos postos da administração politica, a belleza moral de Dr. Sabino Barroso teve a mais genuína expressão. Não ha homem publico que não se veja obrigado a reconhecer a superioridade moral de Dr. Sabino Barroso, a quem se deve a mais sincera e desinteressada collaboração.

Investido muito vez de amplos poderes para negociar situações, ao enviz de as sufficiar aos seus interesses privados ou aos de grupos que lhe fossem pessoalmente mais chegados, não deixou jamais de imprimir á sua acção decisiva uma impressão de impassibilidade desinteressada, olhando em tudo os beneficos da Nação e da Republica, sem indagar do que seria para os seus pendores individuais a consequencia do seu desprendimento.

Tendo accedido uma pasta no governo actual, d'á Republica e á amizade e confiança do honrado Sr. presidente da Republica, mais uma prova de abnegação sem reservas: elle bem sabia que sacrificava a saúde ao bem commun, mas não fugiu a uma consideração tão grave, uma vez que se fazia apello á nobreza dos seus sentimentos. Afastado da administração por anno e meio, a providencia, que vela pela sorte dos povos, restituiu-lhe hoje o eminente patriota, completamente refeito na sua saúde e apparelhado a dar á sua Patria, ainda por muito tempo, o seu talento e das suas altas virtudes moraes.



A MADEIRA

A Madeira está na moda, na colônia, não só pelos seus lindos bordados expostos na Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, chegados há pouco, e a que já nos referimos, mas pelo seu baptismo de fogo.

Os nossos patriotas da colônia madeirense têm andado num sobressalto, ansiosos por mais notícias, por pormenores que lhe indiquem claramente todos os aspectos em vidas e em materiais sofridos pelo tráfego do bombardeamento do Funchal. Enquanto esses detalhes não chegarem, como homenagem aos madeirenses residentes no Brasil, publicamos algumas notícias sobre a sua ilha, a perla do Atlântico, a bem dita terra onde se cria o nectar que se chama o seu vinho, nectar humano, mais precioso do que o nectar divino.

A Madeira é o mais lindo logar da terra, o seu clima mais suave. A sua descoberta, quer tenha sido por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, em tempos do infante D. Henrique, o navegador, quer tenha sido muito antes, em tempo do almirante D. Diniz, como parecem indicar mapas antigos, o que se sabe é que foi colonizada por portugueses e que desde a hora da colonização fez parte da pátria portuguesa, como uma das duas parcellas mais queridas, não só pelo seu valor geográfico, mas pela honestidade, pelo patriotismo e pelo labor da sua população, boa, como a que do melhor existe em Portugal.

O valor dessa população deve ser avaliado, não por nós, que somos portugueses e podemos ser taxados de suspeitos, pois que a Madeira é um dos nossos maiores orgulhos, mas pelos estrangeiros que têm lidado com a sua laboriosa população.

O grande Gladstone, o mais sympathico politico inglês do século 19º, tendo ali feito uma temporada de convalescença, ficou encantado e a sua "boa" gente se referia com carinho. Muitos homens importantes, grandes personagens mundiais ali têm agitado e todos falam pela boca do velho grande homem inglês.

A imigração da Madeira, até 1840, foi canalizada para o Brasil. Em 1841 começou a dirigir-se para as Guianas, nomeadamente para a Guayana Francesa. Em 1846 já ali havia um núcleo de madeirenses muito importante, calculado em 6.000; de 1846 a 1851 esse núcleo subiu a 18.707, mas depois pela morte, nesse clima pessimo, e pela repatriação, o núcleo desceu em 1852 a 7.928 colonos.

Ah! os madeirenses monopolizaram todo o commercio de varejo, havendo

junto de cada fazenda uma loja portuguesa.

De 1872 a 1881 os madeirenses estavam reduzidos a 6.410 e foram depois diminuindo por se ter canalizado a imigração para as ilhas do Haval. Ainda hoje ha nas Guianas saudades dos madeirenses que ali deixaram um nome invejavel.

Hoje, diziam-nos um madeirense, com muito orgulho e bem justificado, referindo-se a sua colônia no Haval: — "Os relatórios sobre Haval dizem que se trata de uma colônia fosse de madeirenses, não era preciso policiar."

A colonização da Madeira divide-se hoje pelo Brasil, pelos Estados Unidos, indo a maior parte para as ilhas de Sandwich ou Haval, a que nos referimos.

Em toda a parte os madeirenses bem merecem, não só dos seus patriotas, mas também dos varios nacionaes onde se instalam.

A Madeira foi sempre muito patriota e o patriotismo dos seus filhos continua depois e ainda mais se accendia quando sae da sua ilha de encanto.

Já em 1840, quando reventou a revolução restauradora, que nos libertou do domínio hespanhol, os madeirenses, mal tiveram noticia do facto, logo com entusiasmo adheriram a revolução, alçando autoridades portuguesas em substituição das hespanholas.

Igualmente em seguida á revolução de 20, adheriu á causa liberal, sendo ella e a Terceira as unicas que usaram não reconhecer o governo intruso de D. Miguel.

A iniciativa dos madeirenses é também proverbal.

Foram os habitantes da freguezia da Paiz que começaram os monumentos trabalhos, só mais tarde secundados pelo governo, de canalizar as aguas dispersas da ilha, para uma consiente e eficaz irrigação.

Como dissemos, a gente do lindo archipelago é muito laboriosa. Ha muitas e importantes fabricas de varios productos, mas nas industrias que constituem, por assim dizer, especialidade, são as de mobiliaria de verga, vime e giesteira, a de chapéus de palha, e bordados, os bellos e celebres bordados de que já por varias vezes temos falado.

A Madeira tem produzido varios homens notaveis, mas só aqui notaremos o mais celebre de todos, por ser um heroe comum a Portugal e ao Brasil — João Fernandes Vieira, o grande heroe da expulsão dos holandeses de Pernambuco, a pagina mais bella do Brasil colonial.

base para a reconstituição caricatural da sua época.

O riso de Gil Vicente é o mais forte e o mais sadio de todos os risos que estabeleceram em Portugal. E' o riso aberto, o riso fletido, expressivo, irradiante. E' diferente do riso amargo de Camillo, do riso desdenhoso de Ruy, do riso aristocratico de D. Francisco Manoel de Melo, do riso felpo de Fialho de Almeida, porque é o riso da face escancarada, enxada até a raiz em uma tanga galata, irreverente, supinamente alegre.

As suas figuras agitam-se, intrigam, como figuras palpitantes, misto de humanidade e de titanes a que o grande theatroista pucha os cordelinhos.

A sua figura é das mais bem vindas de toda a literatura portuguesa, e o seu genero é unico, não ultrapassado por ninguém, nem mesmo por Camões no seu theatro tão interessante.

Por isso dizemos que ampliar a sociedade que usa seu nome torna-se importante no meio das outras sociedades de fins identicos aos seus, é uma bella obra por tornar mais elevada a homenagem ao grande poeta dos azules.

Este desideratum propõe-se a conseguir o Grupo Dramatico Gil Vicente que actualmente obedece á seguinte direcção: presidente, Antonio Alves da Cunha; vice-presidente, Francisco Araújo; 1º secretario, Miguel Cordeiro Pereira; thesoureiro, Raymundo de Paula; vogaes, Hippolyto Marques de Melo, Joaquim Candido da Fonseca e Cypriano de Souza.

ORPHEON CLUB GYMNASIO PORTUGUEZ

Como já dissemos, é no proximo dia 17 de corrente que esta companhia de canto coral reaparecerá ao publico com um sauto artistico-literario, que para esse fim promoveu.

A comissão, que tomou a si o encargo desta festa, resolveu "federal" a importante casa, Pure Royal, significando assim o penhor e estima do Orpheon Club Gymnasio Portuguez pela digna direcção daquela estabelecimento, em virtude do gesto nobre e patriótico referente ás garantias offerecidas ao seu empenho dos sujeitos ao serviço militar de Portugal.

Para a Baur & Pichay, parte hoje, com sua esposa, o Sr. Joaquim Gonçalves de Araújo, que vai passar algum tempo naquella cidade.

O moço portuguez Sr. José Fernandes Peixoto, empregado da casa Soliani Ferno, por completar mais um anniversario, offerece hoje ás pessoas de sua amizade — muito almoço.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

PEQUENAS NOTICIAS

Passou hontem o anniversario do moço portuguez Sr. Joaquim Pichay, que, por esse motivo offereceu um jantar aos seus amigos intimos.

De S. Paulo, chegou hontem o Sr. Frederico Correia dos Santos, commerciante portuguez, estabelecido nesta capital.

Encontra-se bastante melhor da doença que ha dias noticiamos, o nosso pariente Sr. Frederico de Oliveira Vale, do "Jornal do Brasil".

Para Minas seguiu hontem o viajante commerciante portuguez Sr. Ricardo Pinto, que vai percorrer, a negócios, todo aquelle importante Estado.

Pelo "Zelandia", chegará ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Albino Souza Cruz, presidente da Companhia Souza Cruz, e thesoureiro da sub-comissão da Grande Comissão Pro-Paiz.

Constituiu tendo grande concurrencia a exposição de productos industriais portuguezes, ha dias inaugurada na Câmara Portuguesa de Comercio.

Recolheu á Beneficencia Portugueza, por se achar doente o moço portuguez empregado no commercio Sr. David Herqueles da Silva.

De S. Paulo chegou hontem o importante commerciante portuguez Sr. Antonio Ribeiro Senha, thesoureiro geral da Grande Comissão Pro-Paiz.

Torceu um pé, quando saltava de um boné, na praça da Republica, o Sr. Zeferino Brandão, industrial portuguez.

Para a Baur & Pichay, parte hoje, com sua esposa, o Sr. Joaquim Gonçalves de Araújo, que vai passar algum tempo naquella cidade.

O moço portuguez Sr. José Fernandes Peixoto, empregado da casa Soliani Ferno, por completar mais um anniversario, offerece hoje ás pessoas de sua amizade — muito almoço.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

Foram deferidos varios requerimentos e tomadas deliberacoes referentes a interesses da sociedade.

Chegou hontem ao Rio o conhecido commerciante portuguez Sr. Oliveira Coelho.

Reunio hontem para serviço de expediente, a directoria da R. S. Club Gymnasio Portuguez.

tres secções: commercial, estatísticas e bancarias; a secção commercial tratará dos armazéns e collocação de cortiça no estrangeiro. A secção bancaria fará empréstimos de quatro por cento aos proprietarios sobre penhores de cortiça, até 75 por cento, ou sobre letras, ás associações de socorros mutuos e cooperativas. Os lucros serão divididos pelas associações dos operarios corticeiros e para fundo de reserva. Enquanto o banco não tiver capital, será a caixa geral de depósitos autorizada a fornecer-lho a quatro por cento.

O Sr. Sergio Principe apresenta uma proposta sobre transportes em caminhões de ferro, cujas conclusões são as seguintes:

"Unificação das tarifas; prohibição de contratos particulares, quer directos ou indirectamente; prohibição absoluta de alteração de tarifas, a não ser em períodos curtos e determinados; fixação de bonos periodicos, por zonas e mercadorias, com o fim de proteger e desenvolver as industrias, o commercio e a agricultura; revisão dos preços de frete e de frete de mercadorias; prohibição absoluta de qualquer dos membros do conselho de tarifas utilizar "passes" ou quousques favores das empresas; constituição de uma comissão para a exploração das seguintes individualidades: dois representantes dos caminhões de ferro do Estado, dois das empresas particulares, um eleito pela Associação Commercial de Lisboa, um eleito pela Associação Industrial, um pela Associação de Agricultura, um pelas associações operarias, um pela Liga Economica Nacional, um pelas empresas e agencias de navegação, um pelas explorações de minas, um pelas explorações de madeira, um pelas explorações de ferro, que seria o presidente; constituição de uma comissão arbitral composta de representantes do conselho de tarifas, um delegado das associações representadas no conselho e um representante das empresas. As attribuições do conselho seriam de iniciativa e approvação de tarifas, com recurso para a comissão arbitral, que resolveria em ultima instancia."

Fala-se, por ultimo, em transportes maritimos, bareamento de fretes, carvão nacional, cultura de beterraba, bolhas de trabalho, e do decreto do pao. O Sr. Concilio Vasques, que foi quem falou no pao, disse:

"O pao deve ser de um só tipo. Se se devem fazer salgados, estes devem ser para ricos e para pobres. Todos são iguaes perante a fartura como perante a fome."

Sessão nocturna:

O Sr. Villar Pedrosa propoe, e é approvada, a nomeação de uma comissão executiva, e mais, o que também é approvado, que o Congresso se dissolva até á decisão dos poderes publicos sobre as resoluções do conselho de tarifas.

O Sr. Villar Pedrosa apresenta uma proposta, cujas conclusões são as seguintes:

1º. Contribuição de 50 oitavos a todos os proprietarios de terrenos para a agricultura e a cultura de cereja, de 25 oitavos a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de uva, de 10 oitavos a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de milho, de 5 oitavos a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de trigo, de 2 oitavos a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de arroz, de 1 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de feijão, de 1/2 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de mandioca, de 1/4 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de batata, de 1/8 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de abóbora, de 1/16 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia, de 1/32 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melão, de 1/64 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-água, de 1/128 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-terra, de 1/256 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/512 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/1024 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/2048 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/4096 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/8192 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/16384 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/32768 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/65536 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/131072 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/262144 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/524288 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/1048576 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/2097152 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/4194304 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/8388608 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/16777216 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/33554432 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/67108864 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/134217728 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/268435456 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/536870912 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/1073741824 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/2147483648 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/4294967296 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/8589934592 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/17179869184 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/34359738368 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/68719476736 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/137438953472 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/274877906944 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/549755813888 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/1099511627776 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/2199023255552 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/4398046511104 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/8796093022208 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/17592186044416 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/35184372088832 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/70368744177664 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/140737488355328 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/281474976710656 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/562949953421312 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/1125899906842624 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/2251799813685248 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/4503599627370496 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/9007199254740992 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/18014398509481984 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/36028797018963968 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/72057594037927936 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/144115188075855872 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/288230376151711744 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/576460752303423488 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/1152921504606846976 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/2305843009213693952 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/4611686018427387904 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/9223372036854775808 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/18446744073709551616 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/36893488147419103232 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/73786976294838206464 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/147573952589676412928 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/295147905179352825856 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/590295810358705651712 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/1180591620717411303424 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/2361183241434822606848 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/4722366482869645213696 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/9444732965739290427392 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/18889465931478580854784 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/37778931862957161709568 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/75557863725914323419136 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/151115727451828646838272 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/302231454903657293676544 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/604462909807314587353088 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/1208925819614629174706176 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/2417851639229258349412352 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/4835703278458516698824704 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/9671406556917033397649408 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/19342813113834066795298816 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/38685626227668133590597632 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/77371252455336267181195264 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/154742504910672534362390528 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/309485009821345068724781056 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/618970019642690137449562112 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/1237940039285380274899124224 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/2475880078570760549798248448 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/4951760157141521099596496896 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/9903520314283042199192993792 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/19807040628566084398385987584 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/39614081257132168796771975168 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/79228162514264337593543950336 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/158456325028528675187087900672 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/316912650057057350374175801344 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/633825300114114700748351602688 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/1267650600228229401496703205376 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/2535301200456458802993406410752 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/5070602400912917605986812821504 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/10141204801825835211973625643008 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/20282409603651670423947251286016 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/40564819207303340847894502572032 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/81129638414606681695789005144064 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/162259276829213363391780010288128 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/324518553658426726783560020576256 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/649037107316853453567120041152512 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/1298074214633706907134240082305024 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/2596148429267413814268480164610048 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/5192296858534827628536960329220096 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/10384593717069655257073920658440192 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/20769187434139310514147841316880384 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/41538374868278621028295682633760768 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/83076749736557242056591365267521536 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/166153499473114484113182730535043072 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/332306998946228968226365461070086144 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/664613997892457936452730922140172288 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/1329227995784915872905461844280344576 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/2658455991569831745810923688560689152 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/5316911983139663491621847377121378304 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/10633823966279326983243694754242756608 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/21267647932558653966487389508485513216 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/42535295865117307932974779016971026432 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/85070591730234615865949558033942052864 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/170141183460469231731899116067884105728 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/340282366920938463463798232135768211456 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-arroz, de 1/680564733841876926927596464271536422912 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-milho, de 1/1361129467683753853855192928543072845824 oitavo a todos os proprietarios de terrenos para a cultura de melancia-de-feijão, de 1/272225893536750770

O ACORDO ENTRE PARANÁ E SANTA CATHARINA

A brilhante mensagem com que o presidente Affonso de Camargo expõe ao Congresso Paranaense a fórmula aceita pelos governos dos Estados do Paraná e de Santa Catharina para pôr termo á questão do Contestado.

Ainda ha poucos dias tivemos oportunidade de nos reportarmos á marcha, nos Estados do Paraná e de Santa Catharina, do accordo realizado entre essas duas uniões da Federação para solução das suas antigas questões de limites.

Damos hoje publicidade á brilhante mensagem com que o illustre presidente do Estado do Paraná, Dr. Affonso de Camargo, justificou, perante o Congresso Paranaense, a sua condução, aceitando o accordo patrocinado pelo Sr. presidente da Republica para pôr definitivamente termo áquella antiga questão.

Eis a alludida mensagem:

Senhores deputados do Congresso Legislativo do Estado. Quis a fatalidade historica, que, no dirigi-me pela primeira vez, aos legitimos representantes do povo paranaense, fosse para dar-lhes conta do convenio por mim assignado na capital da Republica em data de vinte do mez findo, para a determinação definitiva dos limites entre o nosso Estado e o de Santa Catharina, isso por força do decreto n. 857, de 26 de outubro, que vos convocou extraordinariamente para conhecerdes esse assumpto tão importante quanto melindroso.

Tratando-se de uma questão transcendental, sobre os pontos de vista em que se a encare, faz-se mister que antes de abordar o assumpto principal que deverá occupar a vossa preciosa attenção, eu vos exponha, com toda a lealdade e franqueza, os motivos determinantes do compromisso moral por mim assumido, decorrente do alludido convenio, fazendo para isso um ligeiro historico da causa em suas diversas phases e aspectos.

Parte integrante de S. Paulo, constituindo a sua antiga capital comarca, foi o Paraná erigido á categoria de provincia, por força da lei n. 704, de 29 de agosto de 1853, não obstante essa lei, portadora de nossa emancipação politica, ter expressamente declarado que a nova provincia continuava com os limites que tinha a comarca de Curitiba, não obstante isso, repetio, os nossos vizinhos do sul continuavam a lutar, que já vinham sustentando, ha muitos annos, com a antiga provincia, hoje Estado de S. Paulo, para o effeito de expansão das suas fronteiras, no territorio comprehendido entre os rios Negro, Iguaçu, Santo Antonio, Peperu-guassú e Uruguay.

Esta luta, á medida que continuava, tornava-se persistente por parte dos nossos vizinhos, era encruada com optimismo pelos paranaenses que, necessariamente, continuavam em seus direitos e na extensão e firmeza do seu territorio, fecharam os olhos ás successivas invasões de S. Bento, Coritiba, Campos Novos e, ultimamente, de Canoas. Meios suaves foram buscados para diminuir a secular contenda, e sempre a fatalidade nos collocava em situação completamente antagônica aos nossos incoercíveis direitos.

Proposio pelo deputado por Santa Catharina á Assembléa Geral do imperio, Sr. Livramento, que o limite sul da nova provincia do Paraná fosse pelo Rio Iguaçu e por aquelle em que este cae, foi essa proposta retirada, mais tarde, pelo seu autor, sob o fundamento de que estava de accordo com a discussão havida, para que os limites do Paraná com Santa Catharina fossem opportunamente determinados por lei ordinaria.

O acto do saudoso paranaense conselheiro Jesuino Marcondes, estabelecendo a linha do "status quo" pelo Rio Marombas, entre os dois Estados, erri o decreto n. 3.378, de 16 de janeiro de 1865, foi de grande alcance politico e attingia ao alvo collimado se fosse mais amplo, pois assim evitaria a sua retrogação, pouco tempo depois, por actos administrativos, que reconheceram a posse de Santa Catharina, na região do rio do Peixe.

Estou convencido de que se aquella linha fosse traçada pelo rio Negro até cair no Iguaçu e d'ahi a procurar no meridiano sul a bacia do rio do Peixe, em parte já sob a jurisdição de Santa Catharina, abrangendo Campos Novos, não daria lugar ao litigio judicial, que nos foi tão fatal, attendendo a que, até então, a base da argumentação dos nossos vizinhos era o alvará de 1749, e ainda mais, porque era o territorio de que falava Correa Pinto, depois do Campo da Estiva no norte e o rio Pelotas no sul, para delimitar o termo de Lage, que mais tarde teve, nas decisões judiciais proferidas contra o Paraná, a extraordinária virtude de abarcar todos os territorios que ficavam na sua frente oeste até á fronteira argentina, inclusive Porto União e Palmas, descobertas muito tempo depois do povoamento e elevação áquella termo.

Levada a questão, já na Republica, ao conhecimento do Congresso Nacional, foi a respectiva commissão da Camara dos Deputados de parecer que os limites entre os dois Estados deviam ser determinados pelos rios Negro e Iguaçu até á fronteira argentina, justamente o que pretendia o Estado de Santa Catharina.

Onstando o proseguimento na discussão desse parecer, para que a questão fosse decidida por arbitramento, fracassou este, só o fundamento de preterição de fórmulas constitucionales depois do Paraná ter obtido a sua primeira victoria, com a escolha, para arbitro, do eminente brasileiro Dr. Manoel Victorino Pereira, conduzido, emfim, a questão para o egregio Supremo Tribunal Federal, teve o resultado que todos vós conheceis.

O collendo Tribunal, não obstante os esforços empregados pelos nossos eminentes advogados e eméritos juristas consultores Barradas e Dr. Ubaldino do Amaral, julgou-se competente para decidir a questão e, conhecendo esta de mérito, julgou procedente a acção proposta pelo Estado de Santa Catharina para declarar que havia limites certos e determinados e que eram pelos rios Sulhy, Negro e Iguaçu, até á fronteira argentina.

Os nossos videntes prestos e novos argumentos eram pelos rios Sulhy, Negro e Iguaçu e de nada valeram para que o egregio Tribunal reformasse a sua primeira decisão, insistindo, ao contrario, em confirmar aquella por outros dois accordos successivos, iniciada mais tarde a execução da sentença, ficou esta,

suspensa por dois annos, pouco mais ou menos, em cujo lapso de tempo ocorreram os luctuosos acontecimentos do Contestado, os quaes ainda estão bem vivos em os nossos corações, precedendo ali milhares de brasileiros, inclusive valerosos officiaes e soldados do exercito e policia, entre os quaes, os denodados e queridos capitão João Gualberto Gomes de Sá e tenente Caetano Munhoz.

Essa situação dolorosa para todos os brasileiros, quando o Estado de Santa Catharina resolveu proseguir na execução da sentença. Tinha chegado o momento supremo da nossa suprema dor, quando começou a benéfica intervenção do honrado Sr. presidente da Republica, para aproximar os dois Estados, no sentido de ser dada uma solução amigável á irritante questão já preta de tantos sacrificios para a União e Estados litigantes.

A primeira tentativa para essa aproximação fracassara, quando ao Rio, para esse fim, foram chamados os dirigentes dos dois Estados, o honrado presidente do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, e o illustre governador de Santa Catharina, Dr. Felipe Schmidt.

Depois da brilhante campanha feita por aquelle para que a questão de limites fosse resolvida por arbitramento, não desanimando o benémero chefe da Nação de consubstanciar em facto, a sua patriótica e generosa idea, continuando a insistir por um meio suavel, que puzesse fim á questão, foi que, em dias do mez de maio do corrente anno, chegou a esta capital o commandante Thiers Fleming, em nome do eminente chefe da Nação, que S. Ex. appellara, novamente, para o governador de Santa Catharina, no sentido de ser resolvida a questão por um meio amigável e digno aos dois Estados.

Proposio-lhe, para isso, uma fórmula que satisfaria ás diversas correntes, isto é, parte por accordo directo e parte por arbitramento, essa fórmula não foi aceita por S. Ex. o governador de Santa Catharina, o qual, no entanto, propunha-se a resolver a contenda por accordo directo, fazendo contra-proposta, para que o limite entre os dois Estados fosse pelo rio Jangada, até as suas cabeceiras e d'ahi a procurar a divisor das aguas até a fronteira argentina.

Em solução a essa proposta a que venho de me referir e depois de bem estudado a situação do Paraná, pondo acima do interesse material a parte moral e dignidade do nosso Estado, divigi á S. Ex. a seguinte carta: "Exmo. Sr. Dr. Wenceslao Braz Pereira Gomes, DD, presidente da Republica — Apresentando ás minhas respeitadas saudações, cumpre-me manifestar o meu profundo reconhecimento pelo patriotico interesse que V. Ex. tem em resolver amigavelmente a secular e irritante questão de limites entre o meu Estado e o de Santa Catharina, e de cujos detalhes fui scienciado pelo illustre commandante Thiers Fleming.

Tomando na devida consideração o que me foi exposto pelo distincto emissario de V. Ex. e depois de bem estudar esse assumpto de tanta transcendência e de bem pesar a minha responsabilidade de mandatário do povo paranaense a cujas aspirações procuro corresponder, senti que não podia aceitar a linha proposta pelo governador de Santa Catharina, Exmo. Sr. coronel Felipe Schmidt, principalmente porque sacrificava a comarca de União de Victoria.

Quero, no entanto, ir ao encontro dos elevados e nobres intuitos de V. Ex., sobrepondo a quaisquer injunções regionaes o interesse commun de nossa grande Patria.

Em nome, pois, do Paraná, cujos destinos tenho a honra de presidir em momento tão melindroso da sua vida historica, deponho nas mãos do eminente chefe da Nação a solução da secular pendencia, acciando como definitiva e submettendo immediatamente á apreciação do Congresso Legislativo do Estado, a linha que V. Ex. em sua sabedoria, traça como limite entre os dois referidos Estados da Federação.

Certo que assim correspondo ao nobre gesto de V. Ex. e interpreto o sentir do meu Estado, aguardo com seriedade o veredicto de V. Ex. se digno de preferir para a solução do litigio. Reiterando á V. Ex. os meus protestos da mais alta estima e distincta consideração e respeito, subscrevo-me amigo admirador — Affonso Alves de Camargo."

Decorrido algum tempo, recebi um telegramma em que o Sr. presidente da Republica consultava-me sobre uma possível divisa pelo rio da Arica, a cuja consulta respondi, dizendo que "Derminada a contenda nos termos da minha carta, eu poderia arrostar com as injustas e fúteis contemporaneas, mas tinha plena certeza que a historia me faria justiça. Agora se me afastasse dos propositos della manifestação, então nem com a benevolencia dos meus posteriores poderia contar tornando-se assim o sacrificio que me impuz fazer do meu nome e da minha carreira politica, em beneficio da União e do Estado.

"Não desanimado ainda com esta minha proposta, S. Ex. o Sr. presidente da Republica enviou novamente a esta capital o seu já referido emissario, no sentido de sciencificar-me da marcha das negociações, a qual deu em resultado a possibilidade de ser aceita por Santa Catharina a divisa pelo rio da Arica, logo depois do esforço maximo empregado por S. Ex. para dar o melhor cumprimento ao honroso mandato que o Paraná lhe tinha conferido. Em solução a esse novo apello do eminente chefe da Nação, escrevi a S. Ex. a carta abaixo transcrita: "Exmo. e preado amigo Sr. Dr. Wenceslao Braz, DD, presidente da Republica. Respostas saudações. Tenho a honra de accusar muito honrado o recebimento da carta de V. Ex. de que fui portador o illustre commandante Thiers Fleming.

O patriotico esforço que S. Ex. tem empregado para diminuir amigavelmente a questão de limites entre o meu Estado e o de Santa Catharina, concorrendo assim para a paz e a unificação da Federação brasileira, para a paz e a unificação da Federação brasileira,

silêncio, aconselhou-me a uma medida que julgou necessaria, desde que V. Ex., com alevandada nobreza e grande generosidade, não quiz sem meu prévio assentimento utilizar-se dos plenos poderes que conferi a V. Ex. Resolvi, portanto, enviar ás representações federaes e estaduais do meu Estado, sob a proposta que me foi transmitida pelo illustre emissario de V. Ex., de modo a poder agir com mais segurança em assumpto tão importante quanto melindroso.

Isso posto, darei a V. Ex. uma solução definitiva até o fim do corrente mez ou o mais tardar até os primeiros dias do mez vindouro.

Penso em, assim, corresponder ao patriótico esforço de V. Ex., e aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha mais distincta consideração, estima e profunda sympathia. De V. Ex. amigo, aff. adm. — Affonso Alves de Camargo."

Efectivamente, para dar cumprimento ao que acima ficou exposto, convoquei o reunião de que tendes conhecimento e que se realizou nesta cidade, no dia 21 de junho do corrente anno, e á qual compareceram conjuntamente com S. Ex. desembargadores do Supremo Tribunal de Justiça, representantes do "comitê" de limites e da imprensa patriótica.

Nesta reunião, sóis testemunha, vos expuz, sem qualquer parti-pris, qual a nossa situação, dando-vos conhecimento de todos os argumentos favoráveis ou não á nossa causa e mais ainda que a representação federal se declarava solidária com a minha ultima solução dada ao Exmo. Sr. presidente da Republica.

Declaro a memoria da discussão durante a qual eu bem comprehendí a luta que vos ia na alma, pois eu sentia commoções iguaes no momento em que o cerebro e a alma queriam ceder-lhe a primazia, e por isso dezoa memoravel discussão, repito, resolvestes dirigir ao honrado Sr. presidente da Republica a seguinte moção: "O Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em reunião reservada, convoca o Sr. presidente do Estado, para ter conhecimento das negociações promovidas por S. Ex., o Sr. presidente da Republica, de um accordo para diminuir a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina, por unanimidade de seus membros presentes, constituindo a maioria daquella corporação legislativa por dois terços e solidariedade de outros ausentes, resolveu o seguinte: 1º, que louva a acção patriótica do honrado Sr. presidente da Republica, promovendo a solução amigável da questão de limites entre os Estados litigantes; 2º, que se sente constrangido em aceitar a linha do rio da Arica, como doloroso lhe seria aceitar previamente qualquer outra coisa que trouxesse desagregação de povoações paranaenses, querendo, entretanto, ir ao encontro da louvavel e patriótica iniciativa do Sr. presidente da Republica, dá plenos poderes a S. Ex. para, em nome do Paraná, traçar a linha que em sua alta sabedoria julgar conveniente para diminuir a questão. Assignados: Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado; Dr. Trajano dos Reis, presidente do Congresso; Telemaco Boria, 1º vice-presidente do Congresso; Francisco de Paula Guimarães, 1º secretario; José Nunes Sardenberg, 2º secretario; deputado João Sampaio, Alfredo Leisler, Jayme Ballo, José Mercedino Junior, Ovídio Carmacoli, Antonio Lobo, Bertholdo Lawer, Arthur Martins Faria, Bráulio Ribas, Leopoldino de Abreu, Arlindo Martins Ribeiro, José Julio, Cleto da Silva, José de Campos Mello, Romulo José Pereira, José Pinto Rebello Junior, deputados; desembargadores Joaquim Antonio de Oliveira Pontes, presidente do Tribunal; Amaral Valente, Euclides Bevilacqua, Felinto Teixeira, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, secretario da fazenda, agricultura e obras publicas; Endas Marques dos Santos, secretario do interior; Clotário de Macedo Portugal, procurador geral da justiça; Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, chefe de policia; João Antonio Xavier, prefeito; coronel Fabricio do Rego Barros, commandante do regimento de segurança; tenente-coronel Benjamin Augusto Lage, commandante do corpo de bombeiros; João Moreira Garez, engenheiro-director de obras e viação; 2º tenente Euclides Silveira do Valle, ajudante de ordens do Sr. presidente do Estado; Amazonas de A. Marcondes, prefeito de União de Victoria. Investido assim o Sr. presidente de plenos poderes para resolver, em nome do Paraná, a questão de limites, com o governador de Santa Catharina, até que recebi de S. Ex. a carta por intermedio do Sr. commandante Fleming, a carta já publicada e que aqui peço venia para reproduzir. Eis-a:

"Rio, 27 de setembro de 1916 — Secretaria da presidencia da Republica — Prezado amigo Dr. A. de Camargo — Affonso Alves de Camargo — Nosso amigo capitão de fragata Thiers Fleming narra o que houve relativamente á questão de limites posteriormente ás ultimas communicações feitas ao presidente amigo. Depois de longas negociações, insisti sobre as duas soluções: estrada de ferro até Jangada e Riberião da Arica e da cabeceira deste á estrada de ferro e por esta até o divisor das aguas, mas estas propostas foram ainda recusadas por Santa Catharina, que alvitou duas outras, não acceptas pelo Paraná, conforme sabe o amigo. Tendo o maior empenho em que não fracassassem assim as negociações, apresentei novo alvitre a Santa Catharina, fazendo apello ao seu illustre governador, que é um brasileiro patriota e digno. Afinal, este alvitre foi accepto com grande contentamento meu e estou certo de que todos os brasileiros assumem o compromisso de conseguir a aquiescencia do Paraná e o fim confiado na generosidade do mandato que me comtineo os chefes paranaenses e na convicção em que estou de que a solução com a qual vos unifico ao Paraná. Eis a solução aceita por Santa Catharina: divisa pela

estrada de ferro até a estrada de rodagem de Anhumas, por esta até o Jangada e por este acima até o divisor das aguas, seguindo-se por este até a Argentina. Estou certo de que os paranaenses receberão com prazer esta solução, que terá os applausos do Brasil inteiro. Abraços do collega e amigo admirador — IV, Braz."

Diante do exposto, vedei que me era absolutamente impossivel recuar do compromisso tão expressamente assumido perante o chefe da Nação, pois isso importaria na morte moral do nosso Estado e as consequências deste acto não se fariam esperar, conforme tive occasião de declarar á commissão que me procurou para aconselhar-me a não ratificar a solução dada pelo nosso arbitro. E vereis, também, pelo exposto, que tive o maior cuidado em salvaguardar a honra e dignidade do nosso Estado, não propondo linha de visoria e apenas acciando aquella determinada pelo chefe da Nação, a quem foram conferidos os necessarios poderes. Explicada, assim, sob o ponto de vista moral, a minha acção para a realização, compre-me agora esclarecer-vos qual a nossa situação juridica em face da questão.

A execução da sentença promovida pelo Estado de Santa Catharina foram opostos embargos pelo Paraná, sem que os nossos advogados e todos os paranaenses mantivessem qualquer illusão quanto ao resultado final da causa, por todos reputada irremediavelmente perdida. Quer, porém, contrariando a dura realidade, afirmar que não era uma causa completamente perdida, para chegar aos seguintes resultados: o Supremo Tribunal poderia reconhecer a inexistencia de lei para a execução de sentença da natureza da que se trata, não obstante já ter proferido decisão em contrario em accordo de 10 de agosto de 1910, proferido na acção de limites entre Mato Grosso e Amazonas, ou julgar-se incompetente para decidir a questão, deixando a mesma affecta ao Congresso Nacional, ou, finalmente, resolver de mérito a favor do Paraná. São essas as hypotheses que se nos poderiam apresentar. Quaes as consequências de cada uma dellas? Deceito que não havia lei para a execução, mas essa lei não seria votada em poucos dias, tanto mais quanto já existe no Senado o respectivo projecto, aguardando terceira discussão, ou não se votaria, desde logo, esse projecto, protractando-se a execução por mais algum tempo.

Mas está plenamente provado pelos factos anteriores que a protractação só nos tem sido fatal. Julgando-se incompetente, o tribunal para decidir a questão e sendo affecta esta ao Congresso Nacional, que poderíamos esperar? Que o poder legislativo reconhecesse o nosso direito em todo o territorio contestado? Isso absolutamente não se daria já, porém o Congresso Nacional, em parecer ali existente, reconhece todo o Contestado como pertencendo a Santa Catharina e já, porém, quando quizesse agora ser mais equitativo, está visto que não determinaria limites outros que não fossem os que tivessem como sequência uma linha que nos garantisse, quando muito, a metade do territorio ainda sob a nossa jurisdição, prestigioado como estava Santa Catharina, por tres sentenças a seu favor, além de ser um Estado pequeno; essa metade seria constituída pelo territorio comprehendido entre os rios Iguaçu, Jangada, divisor das aguas; rio das Antas, mappa dos engenheiros Abreu e Correia (ou Copelanga), riacha de Martins (Uruguay), Peperu-guassú e Santo Antonio, parte essa que, por certo, nos tocara, porquanto a invasão de Canoas, collocando a margem esquerda do rio Negro em um circulo de ferro auxiliada pela nossa confissão nos autos e o nosso argumento maximo de limites pelo campo da estiva do Norte e rio Pelotas no sul, tinha previamente condemnado aquelle terra de terra.

Por outro lado, se ainda pudessemos esperar o Supremo Tribunal a reforma de mérito da sentença a nos contrariar, é claro que não devíamos ter a honrosa pretensão de que o mesmo tribunal reconhecesse o nosso direito em todo o territorio contestado depois de tres accordos contrarios, mesmo porque, se elle o quizesse fazer, não o poderia, desde que já tinham todos confessado nos respectivos autos da acção que o limite devia ser declarado pelo rio Negro até cair no Iguaçu, hypothese essa em que perderíamos a margem esquerda do rio Negro e as povoações ali existentes, como sejam: Itaipopolis e Tres Barras.

Além disso, é de ver que o tribunal quando quizesse modificar as suas sentenças, teria de ser coerente com os seus argumentos e nesse caso o mais que poderia fazer em prol dos nossos direitos, seria declarar que a pretensão dos hespanchoes confinantes deveria attingar até aquelle ponto do territorio contestado, ficando ao Paraná a zona comprehendida entre aquelles rios, tanto mais quanto nem a nosso argumento em opposição ao alvará de 20 de novembro de 1749, relativamente entre o oceano Atlantico e o rio Negro, a linha divisoria, que tem sido reconhecida pelos dois Estados desde 1771; no interior: o rio Negro, desde suas cabeceiras de um até ao rio Iguaçu e por este até a ponte da Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande pelos eixos desta ponte e da mesma estrada de ferro até sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que se estende hã a cidade de Porto União da Victoria á cidade de Palmas pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o rio Jangada, por esse acima até suas cabeceiras e d'ahi em linha recta, na direcção do meridiano até sua intercepção com a linha divisoria das aguas dos rios Iguaçu e Uruguay e por esta linha divisoria das aguas na direcção geral de oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antonio Peperu-guassú, na fronteira argentina.

2º. O presidente do Paraná e o governador do Estado de Santa Catharina convocarão para o mez de novembro proximo vindouros as respectivas assembleias legislativas, as quaes se manifestarão sobre este accordo depois de resolverem o respeito da regularidade do processo nelle seguido.

3º. Em fevereiro de 1917, a Assembléa do Paraná, em sua sessão ordinaria, e a de Santa Catharina, de novo convocada extraordinariamente, emitirão pela segunda vez o seu voto sobre o mesmo accordo.

4º. Aprovado, assim, em duas sessões legislativas successivas pelas assembleias legislativas dos dois Estados será o accordo immediatamente submettido ao conhecimento do Congresso Nacional e, tãta dias depois se publicará a lei que o aprovar, o Estado de Santa Catharina.

venio, seria de 3.350 kilometros quadrados.

Caso fosse estabelecida a linha Iguaçu-Jangada-Chapeco, maximo da nossa previsão, isto é, mais de metade do alludido territorio, a nossa perda seria então de 9.360 kilometros quadrados. E nem se diga que, na hypothese de uma decisão pelas modalidades aqui indicadas, entraria no computo de qualquer equidade o territorio sob a jurisdição de Santa Catharina, pois isso seria um absurdo maior do que o de ainda esperarmos uma decisão a nosso favor.

Para reivindicarmos esse territorio já occupado pelos nossos vizinhos, não poderíamos argumentar nem com o uti possidetis, nem com documentos, visto como nelle não mais tinhamos posse, nem documentos que invalidassem a nossa propria confissão de serem os limites declarados pelo rio Negro até cair no Iguaçu, do campo da Estiva, ao norte, e rio Pelotas, ao sul e, ainda, pelo facto de sempre termos respeitado o eixo de 14 de janeiro de 1899 que, alterando o decreto n. 3.378, de 16 de janeiro de 1865, estabeleceu os limites provisórios pelos rios Peixe e Goyro, e em parte o acto de jurisdição dos dois Estados.

Em synthese, na hypothese, a mais optimista, de não estar tudo perdido, mas sim de ainda o tribunal voltar atrás, o que poderíamos obter a mais do que o estabelecido pelo convenio, como já demonstrado ao computar no calculo a parte comprehendida entre o Jangada e Porto União, seria a area entre o divisor das aguas do rio das Antas, Uruguay e Peperu-guassú, em um total de 3.350 kilometros quadrados, igual a 98 leguas quadradas e 6 decimos, ou a comprehendida entre o divisor das aguas e rios Chapeco, Uruguay e Peperu-guassú, em um total de 9.360 kilometros quadrados, equivalentes a 260 leguas quadradas, e isso acciando como exacto o mappa de autoria dos engenheiros Abreu e Correia, o qual dá como menos extensa a bacia do rio Iguaçu, no Contestado, do que a do Uruguay, quando o mappa confeccionado pelo Sr. Romário Martins dá as bacias dos dois rios com faixas de terra aproximadamente iguaes.

Pois bem; perguntemos agora: a perda dessa área, relativamente pequena, não ficaria compensada com as vantagens decorridas da terminação de uma questão secular, que já tanto sangue e sacrificio tem custado á União e aos Estados litigantes? Da paz e tranquillidade que o gozarão as populações; da estabilidade dos direitos privados perfeitamente garantidos em toda a sua plenitude; do desdobramento pacifico de trabalho que augmenta a produção e do desenvolvimento desta, que augmenta a riqueza; do desapparecimento do perigo imminente; da perda de todo o territorio alludido, os limites da cidade de União da Victoria, ponto de grande importancia economica e chave principal de commercio na zona alludida; de continuarem a subsistir todos as actuaes comarcas do Estado com a sua extincção das de Palmas, União da Victoria e Rio Negro, cujas populações perderão ser compensadas dos territorios que perderem com outros equivalentes, dentro dos limites do nosso alludido vasto Estado, com o facto de ficar alterado o mappa official da Republica Brasileira, que ha mais de dois lustros dá todo o Contestado como pertencente a Santa Catharina; de ficarmos ainda com uma extensa territorial das vezes maior que a dos nossos vizinhos; de termos uma saída digna, evitando o terrivel dilemma de desarmarmos inutilmente o sangue patriótico, cometendo um crime, embora como lenitivo á nossa dor, ou de entregarmos o territorio sem esse protesto com o alludido alludido da nossa honra, empenhada em defende-lo com armas na mão, caso não o quizessem arrancar violentamente, e, finalmente, de tantos outros beneficios que forçosamente trarão a paz e o trabalho alludido sob as benções de todos os brasileiros? A vós, Srs. representantes do povo paranaense, cumpre responder a todas essas perguntas com a acciadeção ou impugnação do convenio que ora submetto ao vosso estado, concedido nos seguintes termos:

"Accordo assignado entre os Estados do Paraná e Santa Catharina para a solução da questão de limites—Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1916—Os Estados de Santa Catharina e do Paraná, representados este pelo seu presidente, Dr. Affonso Alves de Camargo, e aquelle pelo seu governador, coronel Felipe Schmidt, inspirados no amor á paz da Republica e na harmonia, confiança e amizade que os devem unir, como membros que são da mesma Patria, acciando ao apello que lhes divigi o Sr. presidente da Republica, Dr. Wenceslao Braz Pereira Gomes, no sentido de serem termo, por meio de um accordo, á questão de limites em que ha longos annos, estão empenhados e ora pendem de decisão do Supremo Tribunal Federal, e tendo em consideração o disposto nos arts. 4º e 34, n. 10, da Constituição Federal, convenienciam o seguinte:

1º. Os limites entre os dois Estados passem de agora em diante a ser os que vão ao oceano Atlantico e o rio Negro, a linha divisoria, que tem sido reconhecida pelos dois Estados desde 1771; no interior: o rio Negro, desde suas cabeceiras de um até ao rio Iguaçu e por este até a ponte da Estrada de Ferro S. Paulo Rio Grande pelos eixos desta ponte e da mesma estrada de ferro até sua intercepção com o eixo da estrada de rodagem que se estende hã a cidade de Porto União da Victoria á cidade de Palmas pelo eixo da referida estrada de rodagem até o seu encontro com o rio Jangada, por esse acima até suas cabeceiras e d'ahi em linha recta, na direcção do meridiano até sua intercepção com a linha divisoria das aguas dos rios Iguaçu e Uruguay e por esta linha divisoria das aguas na direcção geral de oeste até encontrar a linha que liga as cabeceiras dos rios Santo Antonio Peperu-guassú, na fronteira argentina.

2º. O presidente do Paraná e o governador do Estado de Santa Catharina convocarão para o mez de novembro proximo vindouros as respectivas assembleias legislativas, as quaes se manifestarão sobre este accordo depois de resolverem o respeito da regularidade do processo nelle seguido.

3º. Em fevereiro de 1917, a Assembléa do Paraná, em sua sessão ordinaria, e a de Santa Catharina, de novo convocada extraordinariamente, emitirão pela segunda vez o seu voto sobre o mesmo accordo.

4º. Aprovado, assim, em duas sessões legislativas successivas pelas assembleias legislativas dos dois Estados será o accordo immediatamente submettido ao conhecimento do Congresso Nacional e, tãta dias depois se publicará a lei que o aprovar, o Estado de Santa Catharina.

por effeito da mesma lei, entrará na posse e jurisdição da zona que, dentro do territorio que ora lhe é reconhecido, se acha actualmente na posse e jurisdição do Paraná.

5º. Os dois Estados obrigam-se a não promover, assim, no curso deste accordo, como mesmo depois de sua aprovação pelo Congresso Nacional e de ser o Estado de Santa Catharina empossado no territorio que ora lhe é reconhecido o andamento da execução da sentença já proferida na alludida questão de limites e dos embargos que lhe foram opostos. Se a qualquer tempo alguma decisão judicial vier alterar a linha de limites agora ajustada, os dois Estados declaram desistir de todo o beneficio que d'ahi lhes possa advir e se compromettem a manter e respeitar integralmente a dita linha de limites.

6º. Publicada a lei é a aprovação do Congresso Nacional, proceder-se-há á demarcação dos limites conveniencidos, onde de accordo com os dois Estados ella se fizer necessaria. A demarcação será iniciada dentro de noventa dias e levada a effeito por delegados do governo federal, com assistencia de um representante de cada Estado.

7º. Se até 15 de dezembro, deste anno, a Assembléa Legislativa de qualquer dos Estados, não aprovar pela primeira vez o accordo, ficará este sem effeito. O mesmo acontecerá se até 31 de março de 1917 não for elle aprovado segunda vez pelas mesmas assembleias, ou, se até 3 de setembro do mesmo anno de 1917, não o aprovar o Congresso Nacional.

8º. A renda arrecadada pelas repartições fiscaes paranaenses até o dia anterior ao inicio da jurisdição do Estado de Santa Catharina, pertencerá ao Estado do Paraná.

9º. Serão respeitados e mantidos pelo Estado de Santa Catharina todos os direitos privados, creados até hoje no territorio que passa á sua jurisdição por actos regulares legislativos ou executivos do Estado do Paraná.

10º. As causas pendentes, no momento em que se iniciar a jurisdição do Estado de Santa Catharina no territorio que lhe é reconhecido e oriundas deste territorio, continuarão sujeitas aos tribunales competentes do Estado do Paraná, de conformidade com a sua legislação, por firmeza do que o governador do Estado de Santa Catharina, coronel Felipe Schmidt, e o presidente do Estado do Paraná, Dr. Affonso Alves de Camargo, assignam o presente accordo em duplicata e na presença do Sr. presidente da Republica, Dr. Wenceslao Braz Pereira Gomes, e dos Srs. abaixo assignados, aos 20 de outubro de 1916, nesta cidade do Rio de Janeiro: Felipe Schmidt — Affonso Alves de Camargo — Urbano Santos da Costa Araújo — Antonio Azeredo — Heminio Francisco do Espírito Santo — João Vespucio de Abreu e Silva — Francisco de Paula e Silva — Francisco de Paula Rodrigues Alves — Nilo Peçanha — J. L. Coelho e Campos — J. X. Guimarães Natal — André Cavalcanti de Albuquerque — Pelo presidente do Rio Grande do Sul, Victorino Monteiro — João Pandá Calogeras — Alexandrino de Alencar — José Caetano de Faria — Carlos Maximiliano — Tavares de Lira — Lauro Müller — L. M. de Souza Dantas — José Bezerra — Abden Baptista — Hercules Pedro da Luz — Generoso Marques dos Santos — Eugenio Müller — Gustavo Lebon Regis — Celso Bayma — João Pernetta — Luiz Bartholomeu — Aristarcho Lopez, representante de Pernambuco — Arthur G. Colas Moraes, Maranhão — João de Lira Tavares, Rio Grande do Norte — Senador Cunha Pedrosa, representante do Estado da Parahyba do Norte — Dr. Justiniano de Serpa, representante do governador do Pará; Dr. Arthur Lemos, idem — Antonio Dias Rollemberg, representante de Sergipe — Dr. Alfredo Ellis — A. A. de Azeredo Sodré — Dr. João Carlos Pereira Leite, representante o Estado de Mato Grosso — Delegação do Dr. João Thomaz de Saboya e Silva, presidente do Estado do Ceará — Pedro Augusto Borges — Aurelio de Souza Leal — Candido Mariano — Barão Honem de Mello — Dr. Theophilo Nolasco de Almeida — Hermejildo de Moraes, representante do Estado de Goyaz — Antonio Carlos Ribeiro de Andrade — Elyseu Guilherme de Lima — Marchal X. da Camara — Desembargador Caetano Miranda Montenegro, presidente da Corte de Appellação — Dr. Brazilio Machado — Vice-amirante Gustavo Antonio Garrier — Ribeiro Junqueira — Augusto Ramos — Dr. André Augusto Paulo de Frontin — Dr. Velasco Verze — Dr. Archimedes de Oliveira — Dr. Ubaldo do Amaral — Dr. Sanecho de Barros Pimentel — Joaquim Luiz Ozorio — Figueiredo Vasconcelos — Miguel Calmon do Pin e Almeida — Cheiripin Micra — J. M. Carlos de Oliveira — Dr. Candido Mendes de Almeida — Professor R. Lassance Cunha, da Escola de Odontologia — Dr. Henrique Guimarães, idem — Julio Cesar Tavares — Fausto Ferraz, deputado — Abelardo Luz — Raymundo Pereira da Silva — José Alves Pereira de Mello — Deputado Gomes Freire de Andrade — Deputado Frederico Schumann — João Moreira Garez, engenheiro director de obras e viação do Paraná — Thacydes da Motta — Negrus Paulo Vasconcelos Varzea — 1º tenente Oswaldo Costa, da directoria do Club Militar — Francisco Bressane — Deputado Augusto de Araújo Lima — 2º tenente Euclides do Valle, ajudante de ordens do presidente do Paraná — Joe Collaço — Capitão de mar e guerra Aglio Dorin, Liga dos Aspirantes — Dr. Pedro Herillo Luz, do Instituto Historico e Geographico Fluminense; o presidente, Dr. Simões da Silva — Thiers Fleming — Ephygenio de Salles — Bucharel Alberto Porto Rodrigues da Silveira, da Epoca — Corneio Jardim, da Associação Commercial; 1º tenente Sylvio Schoelcher — 1º tenente Julio Gaetner, da directoria do Centro Paranaense — Ignacio Velga — Nelson da Veiga — Luiz Guimarães Filho, do Centro Industrial do Brasil, por si e por Gabriel Ozorio de Almeida — J. A. Costa Pinto — Julio Benedito Ottoni — Dr. P. de Almeida Godinho — Arthur Pereira da Costa — José de Azeredo Leite — José Agostinho dos Reis — General Ignacio de Alexandre Guimarães — Felipe Antonio Xavier de Barros — Onesimo Coelho — Paulo Dalle — João Alves de Oliveira — Dr. Carlos Pinto Seidl — Coronel Otávio Manoel Correia — Deputado Henrique Valga — Godofredo Oliveira — Dr. Alfredo Rocha — José Luiz L. de Bulhões Carvalho — Dr. José Joaquim da Costa Pereira Araujo — Felio Pacheco — Sebastião Sampaio — Theozas Gomes Viegas — Eulogio Eulogio Leopoldo Associação Commercial — L. G. Pereira Lima, idem — Humberto Tolardo, idem; João Coelho Gomes Ribeiro, ex-chefe de policia da antiga provincia do Paraná — Joaquim Americo Guimarães — João Maximiano

de Figueiredo — Oscar Luiz Viegas — Joaquim Dutra da Fonseca — Honorio Pinto Rebello — Marthos Martins — Sylvio Baptista Leite — J. Baptista da Costa pela Escola de Bellas Artes — Antonio de Sena Medeiros — Principe de Belford — A. B. L. de Castello Branco — Lindolpho Xavier — J. Henrique Adenre — Virgilio Varzea — Francisco Caldas — Francisco Villanueva — Ayres da Maia Monteiro — J. M. Gomes de Lima, academico de direito — Flavio da Silva Pereira — Demetrio de Toledo Lima — Eri Ragall Guimarães — Eugenio L. Neiva — C. de Castro Nascimento — Araújo Vianna — Rodolpho Chamberland — Cuenato Lopes — Candido Baptista — Antonio Filho — Francisco Almeida Cunha — Ezequiel de Queiroz Coutinho da Camara — Frederico de Figueiredo Neiva — Victor Hugo da Graça — João José Abbaes — Leonardo Sireno de Oliveira — Benedito Bretanha de Miranda — Bartholomeu Araponga — Luiz Pastor Lecoq de Oliveira — Arthur Braz Pereira Gomes — Sebastião M. Salomon, official de gabinete do presidente da Republica — Augusto Barbosa Gonçalves, auxiliar do gabinete do Sr. presidente da Republica — José Felix Alves de Souza, pela Epoca — Francisco Paula M. Souto, pelo Jornal do Commercio — Oscar Sayão de Moraes, pelo Jornal do Brasil — Affonso Campos, pelo Correio da Manhã — Mario Soares de Magalhães, pela Nôite — Eduardo Azeiteiro de Faria, pelo Imparcial — Rizzieri Cascardo — Mario de Azevedo Coutinho — Helio Lobo, secretario da presidencia — Henrique Braz Pereira Gomes — Coronel Francisco Augusto de Mello Sampaio — Fernando Lobo Leite Pereira — José de Oliveira Freitas, pela Rua — Vicente Amorim, do Diario Officio — José Braz Pereira Gomes — Senador João Luiz Alves — Capitão Carlos Silveira Elias, do estado-maior do Sr. presidente da Republica — Raul Nogueira Sá, official de gabinete da presidencia da Republica — Didimo Aguiar Fernandes da Veiga, procurador geral da fazenda publico, e Arnaldo Aguiar.

Agora, se julgardes que o humilde filho desta bençoadá terra erra, não obstante os applausos que a Nação, dos poderes executivo e legislativo da Republica e das suas forças armadas de terra e mar, de todos os Estados da União, da alta magistratura do país, da nobreza das escolas, das classes conservadoras do Estado, dos nossos eminentes advogados e juristas conselheiros, entre os quaes o grande brasileiro Ruy Barbosa, pelas uniões em declarar que mais do que foi feito era impossivel se conseguir para o Paraná, na sua actual e afflictiva situação, se mesmo com essas manifestações de confortante solidariedade, por esse acto da minha vida publica, ainda julgardes que errei, então seja Deus testemunha da sinceridade com que aqui nesta phaze historica, querendo de todo o coração fazer a felicidade da familia paranaense, trazendo-lhe a paz e a prosperidade no presente, para assim preparar, em futuro proximo, a grandza do nosso Estado, que tem todos os elementos para ser forte, rico e poderoso, dentro da Patria grande que é o nosso estremo Brasil.

Palacio da presidencia do Estado do Paraná, em Curitiba, aos 25 de novembro de 1916 — Affonso Alves de Camargo.

de Figueiredo — Oscar Luiz Viegas — Joaquim Dutra da Fonseca — Honorio Pinto Rebello — Marthos Martins — Sylvio Baptista Leite — J. Baptista da Costa pela Escola de Bellas Artes — Antonio de Sena Medeiros — Principe de Belford — A. B. L. de Castello Branco — Lindolpho Xavier — J. Henrique Adenre — Virgilio Varzea — Francisco Caldas — Francisco Villanueva — Ayres da Maia Monteiro — J. M. Gomes de Lima, academico de direito — Flavio da Silva Pereira — Demetrio de Toledo Lima — Eri Ragall Guimarães — Eugenio L. Neiva — C. de Castro Nascimento — Araújo Vianna — Rodolpho Chamberland — Cuenato Lopes — Candido Baptista — Antonio Filho — Francisco Almeida Cunha — Ezequiel de Queiroz Coutinho da Camara — Frederico de Figueiredo Neiva — Victor Hugo da Graça — João José Abbaes — Leonardo Sireno de Oliveira — Benedito Bretanha de Miranda — Bartholomeu Araponga — Luiz Pastor Lecoq de Oliveira — Arthur Braz Pereira Gomes — Sebastião M. Salomon, official de gabinete do presidente da Republica — Augusto Barbosa Gonçalves, auxiliar do gabinete do Sr. presidente da Republica — José Felix Alves de Souza, pela Epoca — Francisco Paula M. Souto, pelo Jornal do Commercio — Oscar Sayão de Moraes, pelo Jornal do Brasil — Affonso Campos, pelo Correio da Manhã — Mario Soares de Magalhães, pela Nôite — Eduardo Azeiteiro de Faria, pelo Imparcial — Rizzieri Cascardo — Mario de Azevedo Coutinho — Helio Lobo, secretario da presidencia — Henrique Braz Pereira Gomes — Coronel Francisco Augusto de Mello Sampaio — Fernando Lobo Leite Pereira — José de Oliveira Freitas, pela Rua — Vicente Amorim, do Diario Officio — José Braz Pereira Gomes — Senador João Luiz Alves — Capitão Carlos Silveira Elias, do estado-maior do Sr. presidente da Republica — Raul Nogueira Sá, official de gabinete da presidencia da Republica — Didimo Aguiar Fernandes da Veiga, procurador geral da fazenda publico, e Arnaldo Aguiar.

Agora, se julgardes que o humilde filho desta bençoadá terra erra, não obstante os applausos que a Nação, dos poderes executivo e legislativo da Republica e das suas forças armadas de terra e mar, de todos os Estados da União, da alta magistratura do país, da nobreza das escolas, das classes conservadoras do Estado, dos nossos eminentes advogados e juristas conselheiros, entre os quaes o grande brasileiro Ruy Barbosa, pelas uniões em declarar que mais do que foi feito era impossivel se conseguir para o Paraná, na sua actual e afflictiva situação, se mesmo com

AVISOS MARITIMOS

Lloyd Brasileiro

PRACA DAS MARINHAS
ENTRE OUIDOR E ROSARIO

LINHA DO NORTE

O PAQUETE

BRASIL

Sairá quarta-feira, 20 do corrente, para Victoria, Bahia, Recife, Cabedelo, Natal, Ceará, Tutoya, Maranhão, Pará, Santarém, Obidos, Parintins, Itacatiara e Manaus

LINHA AMERICANA

DE CARGUEIROS

O PAQUETE

S. PAULO

de volta de Santos, sairá no dia 11, às 14 horas, para Bahia, Recife, Pará, San Juan e Nova York.

LINHA DA LAGOA DOS PATOS

O PAQUETE

MERCEDES

sairá do Rio Grande para Pelotas e Porto Alegre, em correspondência com os vapores da linha do sul, dando-se o transbordo logo a chegada destes.

LINHA DE SERGIPE

O PAQUETE

JAVARY

Sairá quinta-feira, 21 de dezembro, às 16 horas, para

Cabo Frio, Victoria, Caravelas, Ponta d'Arcia, Ilhéos, Bahia, Aracaju, Penedo, Villa Nova, Maceió e Recife.

ENTERITES
e DOENÇAS GASTRO-INTESTINAIS
Diarrhea verde dos recém-nascidos, Enterite mucromembranosa, tuberculose, Prisão de ventre, Acidentes appendiculares, Febre typhoide, Doença da pelle, Acne, Eczema, Furunculose, etc.
CURA SEGURA usando

ANIODOL
O ANTISEPTICO MAIS PODEROSO
sem Mercúrio nem Cobalto
Realiza rapidamente a antiseptização na dose de 50 a 100 gotas diárias de **ANIODOL INTERNO** numa taça de flores de laranjeira.
Paris, 32, Rue des Mathurins e 104, Place de la Madeleine

LEILÃO DE PENHORES

EM 16 DE DEZEMBRO DE 1916

L. GONTHIER & C.
HENRY & ARMANDO, SUCCESORES

CASA FUNDADA EM 1807

45, RUA LUIZ DE CAMÕES, 47
Fazem leilões dos penhores vendidos e avisam aos Srs. mutuários que podem reformar ou resgatar as suas cautelas até a vespereira do leilão.

Loteria de S. Paulo

Garantida pelo governo do Estado
EXTRAÇÕES BI-SEMANAES

HOJE HOJE

30:000\$000 POR 2\$700

Terça-feira, 12 do corrente

20:000\$000 POR \$800

Sexta-feira, 15 do corrente

Grande e extraordinária loteria de fim de anno

UM PREMIO DE 100:000\$000 e dois de 50:000\$000 POR \$1000

Bilhetes à venda em todas as casas lotéricas do Estado.

A NOTRE-DAME DE PARIS

Grandes saldos em todas as secções a preços sem precedentes.
Officina de costura e tailleur pour dames.
Chapéus para senhoras a 25\$000.

BANCO LOTERICO

R. do Rosario 74 e R. Ouvidor 76

"O PONTO"

130 RUA DO OUVIDOR 130

São as casas que oferecem as maiores vantagens e garantias ao publico.



GENEROS ALIMENTICIOS

De 1ª qualidade

Preços baratissimos

ARMAZEM DRAGÃO

LARGO DA SEGUNDA-FEIRA

Telephone, 775 - Villa

PATINS

Foot-halls e mais artigos para sports

CASA SEGURA

84 - RUA 7 DE SETEMBRO - 84

ENGOMMAR CAMISAS

Precisa-se de pessoa habil, homem ou mulher, com conhecimento de encaregado, para tomar conta e direcção da oficina de uma grande fabrica. Referencias e condições, por escripto, endereçadas a Engommarção de Camisas, no escriptorio desta folha.

Cortador de camisas

Precisa-se de um habil cortador para uma grande fabrica de camisas, corollas e pyjamas; referencias e condições por escripto, para o escriptorio desta folha, endereçadas a Fabrica de Camisas.

Pede a caridade aos bons corações

Rua Frei Caneca n. 333, quarto numero 6. Arnau de Hollanda Cavalcanti, com 75 annos de idade, doente das pernas e uma filha doente, não podendo trabalhar, passando necessidades, pede aos bons filhos de Deus uma esmola, que o bondoso Deus pagará a todos.

FRANCEZ

Aulas de francez e conversação pratica. Preço de propaganda, no alcance de todos, 58 mensaes, tres vezes por semana, de data a data. Aproveitamento de francez a preço reduzido, 58 mensaes. Das 7 1/2 às 11 horas da noite, Diurno, das 2 às 5 horas, Nocturno. Aulas para senhoras. A matricula está aberta na rua Sete Setembro n. 96, 1º andar.

OLEADOS

para cima e baixo de mesa, para forrar salas e praticas

CASA SEGURA

84, RUA SETE DE SETEMBRO, 84

PO' DE ARROZ Dora

Medicinal, adherente e perfumado

Lata 2\$000

Pelo correio 2\$500

PERFUMARIA ORLANDO RANGEL

FORJAS UNIVERSAL

De construcção franceza, vendem-se barato. Proprias para garages, pequenas oficinas, mechanicos, ourivesarias, etc. A forja comprehende: bigorna, esmeril, torno e forja.

Trata-se com Bastos Dias, 4 rua Gonçalves Dias n. 62, Sobrado.

CLINICA DO DR. NEVES DA ROCHA

ESPECIALISTA EM MOLESTIAS DOS OLHOS, OUVIDOS E NARIZ

Acha-se esta clinica montada com uma completa installação de electricidade, com aparelhos para banhos luz, banhos estaticos, banhos de alta frequencia, correntes continuas e induzidas, faradicas, sinusoides, banhos hydroelectricos, massagem vibratoria, raio X, radiotherapia, radiographia, agentes physicos estes que dão grande resultado em muitas molestias dos olhos, ouvidos e nariz, ha pouco, consideradas incuraveis, assim como no tratamento de molestias da pelle e em grande numero das molestias chronicas, como: arteriosclerose, neurasthenia, arthritismo, asthma, rheumatismo, obesidade, etc.

Dispõe este gabinete dos mais modernos aparelhos e dos mais aperfeiçoados instrumentos adquiridos pelo seu proprietario em sua recente viagem á Europa, sendo os processos de cura que emprega os que têm observado darem melhor resultado e mais aconselhados pelos professores europeus.

Para as applicações da massagem vibratoria, que dão muito bons resultados nos zumbidos dos ouvidos e nos estarrhos agudos e chronicos da caixa do tympano, fez aquisição dos vibradores electricos de Leker e Garnault. As operações de catarrax, strabismo, (olhos vesgos), entropion, trichiasis (reviramento das palpebras e dos cabelos para dentro dos olhos) as dos ouvidos e nariz, a tatuagem (em belides), ptosis (paralysis e abaixamento da palpebra superior) dilatação e sondagem do canal lacrimal, em lacrimamento, até acompanhado de secreções purulentas e as demais operações oculares, são praticadas com todo rigor scientifico.

TELEPHONE 590, NORTE CONSULTORIO: AVENIDA RIO BRANCO, 90

PHOSPHOROS

PEÇA MARCA

OLHO

PÃO CERA

CREOLINA

O MELHOR DESINFECTANTE

Nenhum receptaculo genuino que não tenha o nome do fabricante

WILLIAM PEARSON

Esta Casa não tem nada que ver com qualquer outro synonymo

ACAUTELAR-SE

das imitações, algumas contém mela agua e nenhum poder desinfectante

COMMERCIANTES SEM ESCRUPULOS TORNAM A ENCHER NOSSAS LATAS: REFUSEM OS RECIPIENTES D'ESTA CLASSE.

MOVEIS

Tapeçarias e Ornatações — Armadores e Estofadores

Mobiliarios modernos para todos os gostos e preços

Cortinas, stores, reposteiros, sanefas, colchoaria, etc.

CAPAS para mobiliarios, 9 ps. 60\$ e 70\$000

Catalogo illustrado para os Estados

63, RUA DA CARIOCA, 63

Alfredo. Nunes & C.

CONSTRUÇÕES E RESTAURAÇÕES

de predios, pelo engenheiro-architecto Eufrasio Marini, Avenida Passos, 75, Telephone 2740 Norte.

Preços modicos e rigoroso cumprimento aos contratos. Trabalhos solidos, rapidos e artisticos. Confecciona plantas e organogramas para qualquer edificio na Capital e nos Estados. Pagamentos: parte no decorrer das obras e parte em prestações depois da entrega. Pegam catalogos illustrados.

Fraquezas genitais

IMPOTENCIA

GENITALINA, de Adolpho Vasconcellos.

27 - Rua da Quitanda - 27

THEATRO RECREIO

Companhia ALEXANDRE AZEVEDO

Tournée Cremlinda de Oliveira

HOJE HOJE

A's 7 3/4 e 9 3/4

A applaudida companhia ALEXANDRE AZEVEDO volta a dar espectaculos por sessões:

Unicas representações da engraçadissima comedia

O AGUIA

Amanha - Primeiras representações do vaudeville de Labiche - A PERNA DE PAO.

A's 7 3/4 e 9 3/4 - Espectaculos por sessões.

LOTERIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Extração por esferas e globos de cristal

HOJE HOJE

7 DO CORRENTE

40:000\$000

Por 10\$000

18.000 bilhetes 144:000\$000

Menos 25 % 36:000\$000

75 % em premios 108:000\$000

PREMIOS SORTEADOS

1 premio de 40:000\$000

1 premio de 3:000\$000

1 premio de 2:000\$000

6 premios de 1:000\$ 6:000\$000

9 premios de 500\$ 4:500\$000

20 premios de 100\$ 2:000\$000

58 premios de 50\$ 2:900\$000

1.904 premios de 25\$ 47:600\$000

2.000 premios no total de 108:000\$000

A' venda em toda parte.

THEATRO CARLOS GOMES

COMPANHIA DO EDEN-THEATRO, DE LISBOA

ALBERTO GORJÃO,

na impossibilidade de o fazer por outra forma, vem por este meio agradecer, em seu nome e no da Empresa Teixeira Marques, que representa, as penhorantes provas de consideração e estima que, quer, individualmente, quer a Companhia do Eden-Theatro, de Lisboa, dispensaram a illustrada imprensa, o publico acolhedor e hospitaleiro desta bella capital e um nucleo de amigos dedicados. A todos hypotheca, neste momento, a sua eterna gratidão, e prevalece-se da oportunidade para offerecer os seus prestimos no theatro Apollo, em S. Paulo.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1916.

Alberto Gorjão,

representante e gerente da Empresa Teixeira Marques.

(Companhia de sessões do Eden Theatro, de Lisboa)

GLYCEROLIN

Pharmacia

Borges

São Paulo

Vende-se na Casa Grilo Rua do Ouvidor 118

DEPOSITARIOS:

COSTA PEREIRA & C.

RIO DE JANEIRO

CASINO-THEATRO PHENIX

Companhia portugueza Adelina-Aura Abranches

HOJE A'S 7 3/4

HOJE A'S 9 3/4

SESSÕES

Verdadeiro exito da comedia em tres actos de Henequin e Veber (verdadeira fabrica de riso)

Dia de São Bonifacio

Toma parte toda a companhia

Amanha: A comedia em 3 actos A BISB-LHOTEIRA.

Preços: frizas e camarotes, 15\$; cadeiras e varandas, 3\$; camarotes de 2º ordem, 10\$, e galerias, 1\$000.

THEATRO REPUBLICA

EMPRESA OLIVEIRA & C.

Companhia lyrica italiana ROTOLI-BILLORE, da qual faz parte a soprano ADELINA AGOSTINELLI

HOJE A's 8 3/4 HOJE

Será cantada, pela primeira vez, a opera, em tres actos, de GIORDANO

FEDORA

DISTRIBUIÇÃO

FEDORA, A. Agostinelli; Olga, V. Caciopio; Loris Ipanoff; N. Del Ily; De Sicion, F. Federici; Demitri, E. de Fentil; Desiré, E. Orlandi; Cirillo, M. Fiori; Borow, Barbacci; Greche, M. Pinheiro; Lorek, G. Barbacci; Nicola, C. Barancini; Sergio, H. Recanati; Michele, R. N.; Boleslau, R. N.; Coro di Savoiardi, dame, gentiluomini, etc.—EPOCA PRESENTE.

Preços:

Frizas e camarotes 15\$000

Fantaisies e balcões 3\$000

Cadeiras 2\$000

Galerias e entradas 1\$000

BILHETES A' VENDA NO THEATRO

ODEON

Companhia Cinematographica Brasileira

HOJE HOJE

Uma reprise muito pedida e sempre esperada

O FOGO

Romance de paixão de Piero Fosco interpretado de

PINA MENICHELLI e FEBO MARI

Complemento do programma:

A VOZ DO SANGUE

Gaumont-Actualidades

SEGUNDA-FEIRA — A nota chic da semana, com um film de arte nacional:

LUCIOLA

do romance de José de Alencar — Trabalho de LEAL-FILM.

EMPRESA PASCHOAL SEGRETO

CINEMA ALEGRE

Rua Luiz Gama, 18

HOJE HOJE

Das 6 horas em diante

EXIBIÇÕES CONTINUAS DE SEIS

NOVOS E SENSACIONAES FILMS

Programma completamente novo

Ingresso 1\$000

CINEMA MAISON MODERNE

TORNEIOS DE RAM-BOLK

Com venda de entradas com bonificação para o cinema. 80 % da venda bruta é dividida pelos Srs. frequentadores.

das 6 da tarde em diante

PROGRAMMA DE HOJE

Foi o destino, drama em uma parte; Onda e-tá meu marido, comica, em dois actos; Um filho de Neptuno, drama em tres partes.

PREÇO DO BILHETE..... 1\$000

Valido por 15 dias

Sorteios ás 6 e ás 9 horas da noite.

Numero premiados hontem: 31 e 8.

LOTERIAS DA CAPITAL FEDERAL

COMPANHIA DE LOTERIAS NACIONAES DO BRASIL

EXTRAÇÕES PUBLICAS, sob a fiscalização do governo federal, ás 2 1/2 horas e aos sabbados ás 3 horas, á rua Visconde de Itaboraity n. 45

HOJE HOJE

346 - 9

25:000\$000 Por 1\$400 Em meios

Depois de amanhã (ás 3 horas da tarde)

310 - 23

50:000\$000 Por 8\$000 Em decimos

GRANDE E EXTRAORDINARIA LOTERIA DO NATAL

Sabbado, 23 do corrente (ás 3 horas da tarde)

NOVO PLANO - 347 - 1

1.000:000\$000

POR 564000 EM OCTOGESIMOS A 700 REIS

Este importante plano, além do premio maior, distribue outros premios de 100:000\$, 20:000\$, 10:000\$, 5:000\$, 2:000\$, 1:000\$ e 430\$000.

Os pedidos de bilhetes, do interior, devem ser acompanhados de mais 700 réis para o porte do Correio e dirigidos aos agentes geraes **NAZARETH & C., rua do Ouvidor n. 94, Caixa n. 817.** Teleg. LUSVEL e na casa **F. GUIMARÃES, rua do Rosario n. 71,** esquina do beco das Cancelas, Caixa do Correio n. 1.273.

Mas, com franqueza...

O PETROLEO OLIVIER

é o melhor para evitar a calvice.

Aos demais... façam o que fiz.

Vidro 3\$000

A' venda em todas as pertu-marias, pharmacias e drogarias e na A' GARRAFA GRANDE, rua Uruguaiana n. 66.

MARINONI

Vende-se uma machina "Marinoni" rotativa em perfeito estado, tirando 4, 6 ou 8 paginas dobradas, com pertences, e um dynamo "Compound" de corrente continua de 110 X 12 kw. Informações nesta redacção

Garantia.....	409
Operaria.....	1093
Fluminense..	0680
Agave.....	792
Noite.....	605
Caridade.....	243

THEATRO CARLOS GOMES

COMPANHIA DO EDEN-THEATRO, DE LISBOA

ALBERTO GORJÃO,

na impossibilidade de o fazer por outra forma, vem por este meio agradecer, em seu nome e no da Empresa Teixeira Marques, que representa, as penhorantes provas de consideração e estima que, quer, individualmente, quer a Companhia do Eden-Theatro, de Lisboa, dispensaram a illustrada imprensa, o publico acolhedor e hospitaleiro desta bella capital e um nucleo de amigos dedicados. A todos hypotheca, neste momento, a sua eterna gratidão, e prevalece-se da oportunidade para offerecer os seus prestimos no theatro Apollo, em S. Paulo.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1916.

Alberto Gorjão,

representante e gerente da Empresa Teixeira Marques.

(Companhia de sessões do Eden Theatro, de Lisboa)

CINEMA-THEATRO S. JOSE'

EMPRESA PASCHOAL SEGRETO

Companhia nacional, fundada em 1 de julho de 1911 — Direcção scenica do actor Eduardo Vieira — Maestro da orchestra José Nunes

HOJE 7 de dezembro de 1916 HOJE

Na 1ª e 2ª sessões - A's 7 e 8 3/4

A INTERESSANTE PEÇA

O SORTEIO MILITAR

Notavel criação de Alfredo Silva, no «Cabo Borracha»

Na 3ª sessão - A's 10 1/2

A REVISTA PORTUGUEZA

A' REDEA SOLTA

Grande exito pela companhia nacional

Os espectaculos começam pela exhibição de films cinematographicos

AMANHã — Primícia da burleta «Morro da Favela», pega do genero do «Farrôbado», musica do maestro José Nunes.